



# INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA:

ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA  
A QUALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

---

**Organização**  
Iguatemy Maria  
de Lucena Martins

**Sistema CONFEEF/CREFs**  
Conselhos Federal e Regionais de  
**Educação Física**

## **Organização**

Iguatemy Maria de Lucena Martins

# **INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA A QUALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**



**Sistema CONFEF/CREFs**  
Conselhos Federal e Regionais de  
**Educação Física**

2015

# **CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF**

## **Diretoria**

Jorge Steinhilber

João Batista Andreotti Gomes Tojal

Marino Tessari

Sérgio Kudsi Sartori

Marcelo Ferreira Miranda

Almir Adolfo Gruhn

Iguatemy Maria de Lucena Martins

## **Comissão de Ensino Superior e Preparação Profissional**

Emerson Silami Garcia - Presidente

Georgios Stylianos Hatzidakis - Secretário

Iguatemy Maria de Lucena Martins

Marino Tessari

Wagner Domingos Fernandes Gomes

Márcia Regina Aversani Lourenço

Eduardo Merino

## **Organização**

Iguatemy Maria de Lucena Martins

## **Colaboração**

Francisco Martins da Silva

Márcia Regina Aversani Lourenço

## Apresentação

A regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil engloba fases distintas que historicamente se conjugam e se complementam. Com a aprovação da Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, foi concretizada a luta dos vários profissionais que abriram e sedimentaram o caminho da regulamentação dessa profissão e investiram os profissionais de Educação Física, registrados no Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física - Sistema CONFEF/CREFs, da prerrogativa de ministrar/orientar atividades físicas e esportivas.

Assegurada a regulamentação da profissão de Educação Física estabeleceu-se um novo patamar na trajetória de consolidação desta área de conhecimento, ocasião em que alcançou maior visibilidade social e acadêmica, e foram definidas as suas diferentes áreas de intervenção profissional, a exemplo das demais profissões regulamentadas. Entretanto, ainda há muito para ser feito principalmente no aprimoramento permanente da qualidade do exercício profissional que tem na formação superior o seu principal ponto de interseção.

Para materializar as metas estabelecidas e reafirmar a assertividade da sua criação, o Sistema CONFEF/CREFs apresenta esta publicação visando contribuir para a superação dos desafios que a busca de convergência entre as responsabilidades sobre a qualidade do exercício profissional e a formação acadêmica impõe.

Assim, este documento não pretende ser um modelo para o percurso acadêmico dos futuros profissionais. O que se deseja é transformar as experiências adquiridas no acompanhamento do exercício profissional em iniciativas de caráter cooperativo, no sentido de elevar cada vez mais o ensino superior na especificidade da Educação Física, e de aproximá-lo, ainda mais, das demandas da sociedade.

A educação física, o esporte, a atividade física, o exercício físico são atividades que se constituem direitos definidos na Constituição Brasileira e que são reconhecidos como importantes fatores para a educação, a saúde e a qualidade de vida da população. Esta realidade exige de todos os segmentos envolvidos a realização de iniciativas que, para além da crítica pura e simples, conduzam à prática

profissional qualificada, que sinalizem a possibilidade real de diálogo entre os responsáveis pela qualidade da formação acadêmica, do exercício profissional e das estruturas organizacionais do mercado de trabalho.

O CONFEF reconhece o esforço empreendido pela sua Comissão de Ensino Superior e Preparação Profissional na realização desta publicação e agradece a todos os representantes das Comissões de Ensino Superior dos Conselhos Regionais de Educação Física que contribuíram nas discussões das versões iniciais deste documento por ocasião do I Encontro Interativo do Sistema CONFEF/CREFs, realizado no ano de 2013.

Com essa compreensão fica assegurada, mais uma vez, o cumprimento da missão do Sistema CONFEF/CREFs, o seu compromisso com a sociedade brasileira e com a categoria profissional que representa.

**Jorge Stenhilber**  
**Presidente do CONFEF**

## Prefácio

Este documento tem como objetivo refletir sobre as experiências adquiridas pelo Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, no exercício das atividades de acompanhamento da profissão, aproximando as demandas da sociedade à especificidade da formação em Educação Física, ofertada pelas Instituições de Educação Superior - IES, no nosso país.

É grande, portanto, a responsabilidade de apresentar neste prefácio a construção de diversos atores, cujos resultados demonstram um comprometimento com a formação na educação superior e a qualidade da profissão em Educação Física. Dentre os assuntos abordados destacam-se os aspectos histórico-conceituais da Educação Física e que figuram como referência para a regulamentação da profissão; a valorização social e a consolidação dessa categoria profissional no conjunto das profissões da área da saúde; bem como, a definição das especialidades profissionais e especificidades da intervenção profissional.

Nesse contexto, figura o diálogo entre o Sistema CONFEF/CREFs e as IES, sobre a intervenção profissional e formação superior, buscando evidenciar os limites e as possibilidades de atuação multidisciplinar. Esse pensamento é referenciado na qualidade da formação profissional como instrumento de defesa da sociedade no âmbito das atividades nas áreas relacionadas à Educação Física. Assim, ao longo do roteiro proposto neste documento, o CONFEF apresenta claro posicionamento sobre a reconhecida competência das IES no delineamento do perfil do egresso dos cursos de Educação Física e o papel determinante da sua formação na qualidade da intervenção dos profissionais.

Com destaque para a formação inicial, abordam-se as dimensões da organização dos cursos de licenciatura em Educação Física e de bacharelado em Educação Física e as intervenções profissionais em cada uma dessas formações específicas. Nessa caracterização, discute-se: i) o processo de redefinição curricular dos cursos de licenciatura, a fim de dar clareza e objetividade à formação para o magistério na educação básica e ii) a estruturação do currículo do bacharelado. Talvez pudesse ficar melhor a estruturação do currículo de bacharelado voltado, inclusive, para o estudo das políticas públicas de saúde, assim como equipamentos e métodos relacionados à profissão e à intervenção específica na área.

Dada essa conjuntura, o CONFEF ratifica a necessidade da formação em licenciatura voltada às atividades de docência, pesquisa e prática pedagógica, garantindo conhecimentos e competências requeridas para a docência na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, sem prescindir dos conhecimentos específicos das diferentes áreas de conhecimento.

Quanto ao bacharelado, confirma o imperativo da centralidade na formação para desenvolver ações de: prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-desportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que promovam ou venham a promover a prática de atividades físicas, recreativas ou esportivas (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, consolidando as novas disposições da formação e a estrutura dessas áreas no âmbito da Educação Física, a qualidade evidenciada em nosso país pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com dez anos de existência, também assume essa prerrogativa. Desde 2010, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, passou a avaliar os concluintes dos cursos com provas específicas, atendendo ao marco legal e conceitual da formação em Educação Física. Quanto à avaliação *in loco*, os projetos pedagógicos são considerados a fim de verificar a qualidade da formação de profissionais com sólida construção epistemológica, competência profissional e responsabilidade social.

Contudo, muitos ainda são os desafios relacionados à avaliação da qualidade da formação em Educação Física. Para tanto, é preciso que se desenvolvam ações, tanto em nível de pactuação com a comunidade acadêmica sobre a formação específica, quanto pela reforma das estruturas de gestão e até mesmo pela inclusão de mecanismos de regulação da profissão. A superação desses desafios pode estar no investimento da melhoria dos processos de avaliação com permanente capacitação dos avaliadores e elaboradores de itens de prova, sobretudo, pela necessidade de afirmação conceitual dos cursos entre os docentes. Como estratégia tem-se o estabelecimento de parcerias entre o CONFEF e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, visando aprimorar o entendimento sobre os instrumentos de avaliação e potencializar o uso dos seus resultados, gerando maior confiança no processo avaliativo.

---

Portanto, a qualidade da formação deve ser mensurada em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Educação Física - DCNs, licenciatura e bacharelado, correspondendo cada uma destas formações aos objetos de conhecimento da área e o perfil do egresso esperado de cada um dos cursos. Há que se ressaltar, ainda, nesta iniciativa do CONFEF, o fortalecimento do seu papel de acompanhamento da profissão de Educação Física, ao tempo em que este documento se apresenta como uma oportunidade de discutir com as instâncias governamentais e as IES a melhoria da qualidade dessa formação.

**Claudia Maffini Griboski**

Diretora de Avaliação da Educação Superior do INEP/MEC



## Considerações Preliminares

Não obstante a competência dos Conselhos Profissionais priorizar a orientação e fiscalização do exercício profissional, cabendo às Instituições de Ensino Superior - IES a responsabilidade direta pela formação acadêmica, é impossível almejar uma intervenção profissional de qualidade sem que haja uma formação acadêmica igualmente qualificada.

É evidente que as instituições formadoras não devem ter no mercado o único elemento balizador dos seus currículos. Porém, as demandas advindas desse setor não devem ser desconsideradas na definição do perfil do profissional que as instituições se credenciam para formar. Formação superior e mercado de trabalho articulam-se, se influenciam e se complementam.

Essa compreensão orientou a elaboração deste documento cujo objetivo é apresentar o posicionamento do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF sobre o papel determinante da formação superior na qualidade da intervenção dos profissionais da área. Portanto, não se constitui intenção do CONFEF impor pontos de vista sobre o fazer acadêmico, cuja competência é reconhecidamente das IES.

Sendo assim, o principal aspecto que motivou esta publicação foi a possibilidade de agregar o conhecimento acumulado sobre o exercício da profissão ao fazer acadêmico produzido por docentes, pesquisadores, gestores e discentes das IES. Outra motivação foi atender às solicitações de informações e aos questionamentos que chegam ao Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física - CONFEF/CREFs, oriundos de diferentes entidades públicas e privadas, de empregadores, de profissionais de Educação Física e de beneficiários dos seus serviços.

Há de se destacar que a grande maioria dos esclarecimentos solicitados à Ouvidoria do CONFEF, tem relação com a intervenção profissional e a formação superior, o que exige deste Conselho clareza sobre o seu papel, sobre as suas responsabilidades legais e sobre as suas possibilidades de interseções no âmbito do ensino superior.

Entretanto, a clareza dessas exigências não impede que os Conselhos Profissionais desenvolvam ações que reafirmem as suas competências legais para

“acompanhar e supervisionar o exercício da profissão que representam, de modo a assegurar o exercício eficaz da profissão e apresentar à sociedade um profissional com garantias que correspondam aos parâmetros da fiscalização do seu exercício, quer em termos éticos, quer em termos técnicos”. (NOTA TÉCNICA Nº 397/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC).

O início deste estudo traz algumas definições sobre a profissão de Educação Física e sobre o Profissional dessa área e tem por objetivo contextualizar as duas principais dimensões sobre as quais o Sistema CONFEF/CREFs atua.

Ao tratar da formação superior em Educação Física, este documento considera que na atualidade há mais clareza e objetivação em relação à formação superior nessa área, principalmente nas justificativas e objetivos dos cursos de licenciatura e de bacharelado, no perfil dos egressos desses cursos em termos de atitudes, competências e habilidades, nos conhecimentos e conteúdos de ensino, além dos campos de estágio e de intervenção profissional próprios das duas diplomações possíveis.

Desse modo, e com o objetivo de dar densidade aos demais temas tratados, foram incorporados neste trabalho documentos legais que apontam as mudanças ocorridas na formação superior em Educação Física de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, assim como documentos legais e outras produções teóricas que reafirmam, ou explicam, a pertinência de cursos de bacharelado em Educação Física.

Na continuidade deste documento, segue-se uma abordagem sobre o processo de formação superior, cujo ponto de partida foi a graduação e os elementos constitutivos do Projeto Pedagógico de Curso - PPC. Para isso, foram agregadas informações extraídas de aproximadamente 400 projetos de cursos superiores de Educação Física, licenciatura em Educação Física e bacharelado em Educação Física, de instituições públicas e privadas, de diferentes regiões do Brasil. Esses processos foram submetidos à apreciação da Subcomissão de Avaliação do CONFEF, respaldados pelo termo de cooperação celebrado entre o Ministério da Educação e os Conselhos de profissões regulamentadas.

No contexto deste trabalho, também foi sistematizado um conjunto de conhecimentos que, regra geral, se apresenta como requisito para a graduação na

área, tanto na licenciatura quanto no bacharelado e, por essa razão, traduz as exigências de conhecimentos para a intervenção profissional futura. Esses conhecimentos e mais alguns elementos reconhecidamente relevantes para o exercício profissional, foram organizados em dois quadros distintos, compostos por três campos, assim denominados: Dimensões do conhecimento, Áreas do Conhecimento e Conhecimentos necessários para a intervenção profissional.

Os conteúdos que constituem cada um desses campos foram definidos com base nas referências legais exigidas para a área, nos conhecimentos técnico-científicos e culturais tradicionalmente presentes na graduação em Educação Física, assim como nos aspectos inovadores que consolidam os avanços científicos e técnicos dessa área.

Em relação às denominações utilizadas para identificar as Áreas do Conhecimento e Conhecimentos necessários para a intervenção profissional, este documento também agrega dados do estudo realizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, que identificou as nomenclaturas das disciplinas/componentes curriculares integrantes de 174 cursos de Educação Física, de licenciatura e de bacharelado, do estado de São Paulo.

Na medida em que as denominações e os conhecimentos que compõem os quadros apresentados, assim como as informações neles contidas, não se constituem normatização, fica assegurada a possibilidade de novas análises e de novas considerações até que se alcance a melhor aproximação possível sobre os conteúdos formativos necessários para a intervenção qualificada dos egressos da graduação em Educação Física.

Para formar uma ideia mais ampla a respeito do tema tratado, este trabalho ainda reuniu importantes reflexões e observações dos integrantes da Comissão de Ensino Superior e Preparação Profissional do CONFEF e do conjunto dos participantes do I Encontro Interativo do Sistema CONFEF/CREFs, realizado na cidade de Brasília/DF, no período de 8 a 10 de novembro de 2013. Esses colaboradores, na sua maioria membros de Comissões de Ensino Superior e Preparação Profissional dos Conselhos Regionais de Educação Física, também exercem, ou exerceram, funções de gestores de cursos superiores de Educação Física.

Sendo assim, a expectativa maior deste documento é os interessados possam dispor de mais uma referência para compreender a estreita e efetiva relação que

existe entre o exercício da profissão e a formação superior. Uma relação marcada, entre outros aspectos determinantes, pela consequência natural da conclusão de um curso de graduação, ou seja, a inserção dos egressos no mundo do trabalho com elevado nível de competências científica, técnica, ética e cidadã.

Os posicionamentos aqui apresentados também podem contribuir na consolidação da profissão de Educação Física, revelando o verdadeiro alcance da sua regulamentação, além de favorecer a reflexão sobre o perfil do profissional de Educação Física, necessário para enfrentar os desafios que a educação física, o esporte e a saúde assumiram nos novos tempos.

Espera-se, ainda, que as questões aqui tratadas, independentemente de posições individuais, estimulem a realização de ações, projetos e programas que consolidem os campos de intervenção da Educação Física; que orientem a sociedade no seu direito de ser atendida por profissionais qualificados e que revelem, cada vez mais, a importância desta categoria profissional no desenvolvimento humano, social e econômico do país. Esta é e haverá de ser a grande tarefa de todos.

Com essa compreensão, fica aqui registrado o reconhecimento ao Presidente do CONFEF Jorge Stenrilber pelo seu comprometimento com a causa da Educação Física brasileira e a sua capacidade de lutar por esse ideal. Igualmente, registram-se agradecimentos a João Batista Andreotti Gomes Tojal pela interlocução sobre a formação superior em Educação Física e a Marino Tersari pela persistência na defesa da necessidade de elaboração deste material.

Registra-se, ainda, o apoio dos Conselheiros e Conselheiras Federais na ampliação do debate sobre o tema e o agradecimento aos Presidentes de Conselhos Regionais, na pessoa do Conselheiro Claudio Augusto Boschi, que coordena o Colégio de Presidentes de CREFs, assim como a todos os integrantes das Comissões de Ensino Superior e Preparação Profissional dos CREFs, na pessoa do Conselheiro Emerson Silami Garcia, presidente da Comissão de Ensino Superior e Preparação Profissional do CONFEF.

**Iguatemy Maria de Lucena Martins**  
**(Organizadora)**

**Parte I**  
**Aspectos Conceituais**

## Educação Física

A apresentação de alguns aspectos conceituais caracterizadores da Educação Física brasileira não objetiva recuperar, ou rememorar, o percurso histórico dessa área de conhecimento. A tarefa de discutir os aspectos epistemológicos subjacentes ao termo Educação Física exigiria, por imposição científica e ética, rever inúmeros estudos e visitar pensadores que tratam da teoria que fundamenta a Educação Física, incluindo investigações sobre a natureza da terminologia que a identifica.

Historicamente, os estudiosos do assunto apontam dificuldades para abarcar as inúmeras dimensões que envolvem a compreensão do que seja a Educação Física e o seu objeto de estudo, uma vez que esta abordagem exige compreensão dos tempos históricos e das diferentes concepções de sociedade, de sujeito, de educação, de saúde, de corpo, entre outras. Aspectos que igualmente fundamentam e caracterizam a trajetória da Educação Física, desde a ginástica do Brasil Colônia até os dias atuais.

Entretanto, nas múltiplas dimensões e concepções da Educação Física, os termos “Corpo” e “Movimento” se apresentam como elementos estruturantes desta área de conhecimento, havendo convergência sobre este aspecto tanto nas análises crítico-reflexivas, quanto nas pesquisas científicas dadas a conhecer.

Admite-se, assim, que o termo Educação Física se apresenta com múltiplas características e pode identificar, por exemplo, um conjunto de conhecimentos, conceitos, teorias e procedimentos utilizados para elucidar problemas teóricos e práticos relacionados à esfera profissional e ao empreendimento científico na área específica das atividades físicas, do exercício físico e do esporte.

Dentre as várias compreensões existentes, está também a de que a Educação Física representa o conjunto dos exercícios físicos, das atividades físicas e esportivas. No contexto educacional brasileiro, a Educação Física também identifica o componente curricular obrigatório da educação básica, sendo no ensino superior um curso de graduação, uma área de estudo, uma área de pesquisa e/ou uma disciplina curricular.

A partir da Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que regulamentou a profissão de Educação Física, este termo também passou a identificar uma profissão composta pelo conjunto dos graduados e habilitados no Sistema CONFEF/CREFs, que têm como responsabilidade atender às demandas sociais referentes às atividades físicas nas suas diferentes manifestações.

A complexidade e a dificuldade para se definir o termo Educação Física são marcados pelos embates teóricos que ao longo dos tempos edificam, desconstruem e aperfeiçoam as suas bases conceituais como área do conhecimento e de intervenção profissional. Assim, independentemente do momento histórico, as questões relacionadas à denominação e ao significado da Educação Física sempre estiveram presentes nas discussões da categoria.

Nesse sentido, é aceitável que o próprio estatuto de profissão regulamentada, os propósitos da regulamentação e a compreensão das organizações profissionais como instrumentos de fiscalização do exercício profissional e de defesa da sociedade, muitas vezes ainda sejam pouco compreendidos pela categoria dos profissionais de Educação Física, mesmo que o exercício profissional tenha sido, por tanto tempo, facultado às pessoas sem a devida formação e habilitação.

Porém, uma análise mais apurada dos fatos que conferem materialidade à história da Educação Física brasileira, não deixará de inscrever a regulamentação da profissão entre os aspectos mais importantes do seu desenvolvimento. Esta afirmação está respaldada nos avanços trazidos tanto pela estruturação da categoria profissional, quanto pelo seu conjunto de normas que esclarece e orienta os profissionais sobre procedimentos técnicos e éticos nas suas diferentes intervenções. Tais aspectos contribuem para o exercício profissional com mais assertividade, qualidade, visibilidade e resultados benéficos para a sociedade.

Neste contexto, destacam-se também a valorização social da Educação Física e a sua consolidação como categoria profissional no conjunto das demais profissões da área da saúde e da educação, assim como os limites e possibilidades de intervenção multidisciplinar em áreas profissionais contíguas à Educação Física.

Reconhece-se que, embora o Sistema CONFEF/CREFs ainda esteja em fase de consolidação, a regulamentação da profissão viabilizou um importante instrumento de defesa da sociedade no âmbito da prática das atividades físicas, do

exercício físico, dos esportes e do lazer, haja vista o expressivo número de pessoas que efetivamente assumiram essas práticas nas suas rotinas diárias, conferindo identidade, visibilidade e reconhecimento à profissão e ao profissional.

É possível que existam posições contrárias às afirmações anteriormente formuladas e cujas justificativas podem se apoiar na defesa de um modelo de sociedade diferente do atual, na liberdade do mercado de trabalho, ou por priorizarem aspectos gerais da vida social relativas à aprendizagem técnico-científica propriamente dita.

Reafirma-se, porém, que são inquestionáveis as posições assumidas pelo Sistema CONFEF/CREFs em defesa da Educação Física, firmando posição nacional em defesa do grande contingente de crianças, jovens, adultos e idosos que praticam, ou deveriam praticar, atividade física nas escolas das redes pública e privada, como disciplina curricular, e nos diferentes espaços onde essas atividades aconteçam e, ainda, de exigir que toda e qualquer atividade nesse âmbito seja orientada por profissionais egressos de curso superiores de Educação Física.

A despeito dessa realidade, admite-se que, mesmo decorridos 16 anos da regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil, o seu enquadramento no conjunto das profissões regulamentadas ainda possa se constituir em um fato novo. Acredita-se que esta jovialidade e a pouca tradição da área em discutir a sua profissionalização, incluindo os preceitos legais, operacionais e éticos exigidos no exercício efetivo da profissão, sinalizem que, apesar de todas as conquistas até então identificadas, ainda existem muitos desafios para a completa consolidação dos imperativos da Lei Federal nº 9.696/98.



## Profissional de Educação Física

O termo Profissional de Educação Física é aquele adotado nos documentos publicados por organismos do Governo Federal e corresponde ao que está consignado na Lei Federal nº 9.696/98, que regulamentou a respectiva profissão e também na Lei Federal nº 11.342/2006 que instituiu o dia deste profissional.

A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, do Ministério de Trabalho e Emprego, que registra as ocupações existentes, ao criar um código próprio (2241-E1) para identificar os profissionais de Educação Física que atuam na saúde, também concorreu para estabelecer um alinhamento terminológico em relação à denominação Profissional de Educação Física.

Partindo dessa base comum, o CONFEF define o Profissional de Educação Física como sendo o egresso de curso superior de Educação Física que, pela natureza, características e estatuto da profissão que exerce, deve ser devidamente registrado no Sistema CONFEF/CREFs, deve possuir cédula de identidade profissional e reconhecer que as suas ações estão sujeitas ao Código de Ética Profissional.

O perfil do Profissional de Educação Física caracteriza-se pelo conhecimento da atividade física nas suas diversas manifestações e objetivo e por possuir competências e habilidades para identificar, planejar, programar, coordenar, supervisionar, assessorar, organizar, lecionar, desenvolver, dirigir, dinamizar, executar e avaliar serviços, programas, planos e projetos na área. Este profissional também realiza auditoria, consultoria, treinamento especializado, participa de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, além de produzir informes técnicos, científicos e pedagógicos na área (LEI FEDERAL nº 9.696/98).

Os campos de intervenção do profissional de Educação Física abrangem as dimensões técnica e formativa das diferentes expressões do movimento humano e devem ser desenvolvidas de acordo com o contexto social, histórico e cultural, assim como com as características regionais e os interesses e necessidades dos praticantes. Para isso, o profissional de Educação Física "(...) deve possuir pleno domínio do conhecimento científico, técnico e pedagógico da Educação Física e estar comprometido com a produção, difusão e socialização desse conhecimento a partir de uma atitude crítico-reflexiva." (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7/2004).

Essa definição clarificou a compreensão de que na Educação Física existe outros campos de intervenção que não implicam o ensino propriamente dito, nem têm o exercício profissional vinculado ao magistério, como por exemplo: avaliador físico, treinador de esportes, coordenador e gerente de academia/ clube esportivo, consultor em marketing esportivo, pesquisador, entre outras.

Segundo Galindo (2005), o final da década de 1980 marca o surgimento das questões relacionadas ao bacharelado e à licenciatura face ao futuro do mercado de trabalho e à formação específica de profissionais para atuar dentro ou fora da escola. Tal situação, de acordo com o autor, também fez surgir indagações sobre a necessidade de instrumentos jurídicos reguladores que garantissem o exercício profissional correto por tais profissionais. No lastro das diretrizes reguladoras da formação superior e das inovações decorrentes da profissionalização da Educação Física, foi definida, caracterizada e delimitada a atuação dos seus profissionais, de modo a reconhecer, resguardar e articular as suas distintas formações acadêmicas com as respectivas competências e intervenções profissionais.

Partindo desse quadro, a Resolução do CONFEF nº 46/2002 definiu e classificou os seguintes campos de intervenção profissional: Regência/Docência em Educação Física, Treinamento Esportivo, Preparação Física, Avaliação Física, Recreação e Lazer, Orientação de Atividades Físicas e Gestão em Educação Física e Esporte. O exercício profissional nessas intervenções está vinculado diretamente à graduação do profissional, ou seja: licenciatura em Educação Física ou bacharelado em Educação Física.

As competências caracterizadoras de cada uma das intervenções profissionais anteriormente identificadas são as seguintes:

- a. Regência/Docência em Educação Física: identificar, planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos do componente curricular Educação Física na Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- b. Treinamento Esportivo: identificar, diagnosticar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar, executar, programar, ministrar, prescrever, desenvolver, coordenar, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem, aperfeiçoamento, orientação, e treinamento técnico e tático de modalidades esportivas.

- 
- c. **Preparação Física:** as ações definidas nos itens anteriores são realizadas com vistas a: prescrever, orientar e aplicar métodos e técnicas de avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas, com o objetivo de promover, otimizar, reabilitar, maximizar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, o condicionamento e o desempenho físico dos praticantes das diversas modalidades esportivas, acrobáticas e artísticas.
  - d. **Avaliação Física:** diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, coletar dados, aplicar métodos e técnicas de medidas e avaliação cineantropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal, em laboratórios ou no campo prático de intervenção, visando avaliar o condicionamento físico, os componentes funcionais e morfológicos e a execução técnica de movimentos, para orientar, prevenir e reabilitar o condicionamento, o rendimento físico, técnico e artístico dos beneficiários.
  - e. **Recreação e Lazer:** diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar e aplicar atividades físicas de caráter lúdico e recreativo, para promover, aperfeiçoar e restabelecer as perspectivas de lazer ativo e bem-estar psicossocial, e as relações socioculturais da população.
  - f. **Orientação de Atividades Físicas:** promover, aperfeiçoar, reabilitar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, condicionamento e o desempenho físico, orientados para os seguintes aspectos: bem-estar e estilo de vida ativo, lazer, sociabilização, educação, expressão e estética do movimento, prevenção de doenças, compensação de distúrbios funcionais, restabelecimento de capacidades fisiocorporais, autoestima, cidadania, manutenção das condições de vida e da saúde da sociedade.
  - g. **Gestão em Educação Física e Esporte:** o profissional de Educação Física se propõe a diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver ações próprias da gestão, no âmbito de instituições, entidades, órgãos e pessoas jurídicas cujas atividades fins sejam atividades físicas, desportivas e similares.

No conjunto das intervenções próprias dessa profissão tem-se, ainda: realizar auditorias, consultorias, treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, produzir informes técnicos, científicos e pedagógicos.

Nos seus diferentes campos de intervenção, e a depender dos objetivos propostos para a sua atuação, assim como das necessidades identificadas, o Profissional de Educação Física pode atuar de modo individual ou em equipes multidisciplinares, utilizando procedimentos diagnósticos, técnicas e instrumentos de medidas e avaliações biológica, motora, biomecânica e antropométrica; programação e aplicação de cargas de treino, aulas expositivas e práticas, técnicas de demonstração, auxílio e segurança à execução dos movimentos.

Ao contemplar as diferentes fases do desenvolvimento humanos e diferentes condições corporais, as ações desenvolvidas pelos Profissionais de Educação Física requerem o uso de métodos e técnicas específicas de ensino, de consulta, de avaliação, de prescrição e de orientação de sessões de atividades físicas, de exercícios físicos, de esportes e de lazer.

Há de se considerar que, embora as competências definidas nos diferentes campos de intervenção possam guardar similaridade, cada uma delas exige conhecimentos técnico-científicos, além de competências, habilidades e atitudes específicas.

Como explicita o Código de Ética Profissional, consignado na Resolução CONFEF nº 254/2013, no exercício da sua profissão e independentemente do seu campo de intervenção, este profissional deve se cercar de informações e evidências científicas para balizar as suas decisões, de modo a garantir indicações seguras, dentro dos preceitos da ética, e melhores condições de atendimento.

O Código de Ética Profissional também é o referencial a ser utilizado pela categoria, uma vez que reúne os princípios e diretrizes para o exercício da profissão, além dos direitos e deveres dos destinatários das intervenções. Para tanto, ele normatiza a articulação das dimensões técnica e social com a dimensão ética, de forma a garantir, no desempenho da profissão de Educação Física, um exercício profissional fundamentado na necessidade de um saber e de um saber fazer que se efetive como um saber bem e um saber fazer bem.

Neste documento regulador da conduta ética, o ideal da profissão define-se pela prestação de um atendimento melhor e mais qualificado a um número cada vez maior de pessoas, tendo como elemento balizador desses serviços um conjunto de princípios, normas e valores éticos livremente assumidos, individual e coletivamente, pelos Profissionais de Educação Física.

Assim, o Código de Ética Profissional materializa a opção pela adoção de um instrumento que reúne valores e princípios que amparam a conduta profissional, além de direitos e deveres dessa categoria perante os seus pares e a sociedade em geral. Antes de ser visto como um documento estático, ou um recurso mecânico feito para regular e punir os profissionais, deve-se entendê-lo como uma estratégia pedagógica que pode conduzir a categoria na adoção de caminhos eticamente corretos.

Os pressupostos que contornam a realidade social e que objetivam uma finalidade boa ou virtuosa, se constituem elementos estruturantes dos códigos de ética. Quando os profissionais agem em conformidade com esses códigos, também se cria o pressuposto de que o trabalho profissional está sendo realizado de modo correto, dentro dos padrões definidos previamente e legitimados por uma categoria profissional, ou por um grupo social.

Essas expectativas coexistem com os códigos de ética específicos de cada profissão, a exemplo da honestidade, lealdade, respeito, entre outros. Afinal, (...) “nossas ações ou omissões não se esgotam no pequeno âmbito da ação, mas os seus efeitos, intencionais e os não intencionais, se propagam e se articulam, chocam e criam novos efeitos dentro do sistema no qual vivemos.” (SUNG MO, 2006, p.25).

Tais características reafirmam a pertinência do Código de Ética dos Profissionais de Educação Física como um referencial de conduta coletiva, cujo objetivo principal é orientar o comportamento desses profissionais em suas atividades laborais, no exercício profissional.

## Dados sobre os Profissionais de Educação Física

Tão logo foi regulamentada a profissão de Educação Física, o Sistema CONFEF/CREFs deu início ao registro e à habilitação dos profissionais de Educação Física do Brasil de modo que o exercício profissional na área passasse a ser praticado obedecendo ao novo ordenamento legal, preconizado na Lei Federal nº 9.696/98. Considerando essa nova realidade nacional e o conjunto de reflexões sobre intervenção profissional e formação superior que consubstanciam esta publicação, revelou-se oportuno adensar às informações aqui prestadas os números que traduzem o perfil dos profissionais registrados no Sistema CONFEF/CREFs.

O Quadro 1, apresentado a seguir, resume o quantitativo de profissionais registrados no Sistema CONFEF/CREFs a partir do ano de 1999. Como se observa, esse número tem aumentado gradativamente, traduzindo a consolidação de uma categoria profissional que numericamente alcança uma significativa representatividade social, com possibilidades reais de agir coletivamente para reivindicar e promover mudanças na sua área de atuação e nas questões relativas à qualidade de vida e à saúde da população.

| <b>Quadro 1 - Número de Registrados no Sistema CONFEF/CREFs</b> |              |            |              |
|---|--------------|------------|--------------|
| <b>Ano</b>  | <b>Total</b> | <b>Ano</b> | <b>Total</b> |
| 1999  | 8.976        | 2007       | 170.350      |
| 2000  | 24.926       | 2008       | 193.641      |
| 2001  | 47.570       | 2009       | 217.220      |
| 2002  | 71.485       | 2010       | 239.938      |
| 2003  | 97.791       | 2011       | 261.907      |
| 2004  | 116.266      | 2012       | 285.942      |
| 2005  | 133.231      | 2013       | 306.996      |
| 2006  | 150.146      | 2014       | 339.653      |
|   |              | 2015       | 348.244      |
| <b>Fonte: CONFEF</b>  |              |            |              |
| <b>Período: 1999 a 19/4/2015</b>                                |              |            |              |

Na sequência, o Quadro 2 destaca que, do total dos 348.244 registrados no Sistema CONFEF/CREFs, há uma predominância de profissionais do gênero masculino. Quando se analisa a idade desses profissionais, constata-se que a grande maioria está situada na faixa etária de 20 e 49 anos, onde também predomina o gênero masculino.

Constata-se também a existência de um total de 37 (trinta e sete) registrados que se encontram no grupo etário de 20 anos ou menos, o que pode revelar uma tendência de profissionalização cada vez mais precoce da juventude brasileira.

| <b>Quadro 2 - Profissionais Registrados no Sistema CONFEF/CREFS Faixa Etária/Gênero</b> |                  |                 |                |
|---|------------------|-----------------|----------------|
| <b>Faixa Etária</b>   | <b>Gênero</b>    |                 | <b>Total</b>   |
|   | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> |                |
| <b>60+</b>  | <b>9.916</b>     | <b>3.657</b>    | <b>13.573</b>  |
| <b>50 a 59</b>  | <b>26.285</b>    | <b>16.089</b>   | <b>42.374</b>  |
| <b>40 a 49</b>  | <b>47.856</b>    | <b>31.458</b>   | <b>79.314</b>  |
| <b>30 a 39</b>  | <b>83.256</b>    | <b>59.705</b>   | <b>142.961</b> |
| <b>20 a 29</b>  | <b>36.269</b>    | <b>33.716</b>   | <b>69.985</b>  |
| <b>20 ou menos</b>  | <b>23</b>        | <b>14</b>       | <b>37</b>      |
| <b>Total</b>  | <b>203.605</b>   | <b>144.639</b>  | <b>348.244</b> |

**Fonte: CONFEF**  
**Período: 1999 a 19/4/2015**

| <b>Quadro 3 - Número de Registrados no Sistema CONFEF/CREFS</b> |   |   |  |                     |                |
|---|---|---|--|---------------------|----------------|
| <b>Região Geográfica/Grau Acadêmico</b>                         |   |   |  |                     |                |
| <b>Região</b>   | <b>Grau Acadêmico</b>   |   |  | <b>Provisionado</b> | <b>Total</b>   |
|   | <b>Licenciatura Resoluções CNE/CP nº1/2002 CNE/CP nº 2/2002</b> | <b>Bacharelado Resoluções CNE/CES nº 7/2004 CNE/CES nº 4/2009</b> | <b>Licenciatura Resolução CFE nº 03/87</b> |                     |                |
| <b>NORTE</b>  | <b>5.010</b>  | <b>503</b>  | <b>6.316</b>                               | <b>2.343</b>        | <b>14.172</b>  |
| <b>NORDESTE</b>   | <b>9.499</b>  | <b>4.321</b>  | <b>20.638</b>                              | <b>8.863</b>        | <b>43.321</b>  |
| <b>CENTRO OESTE</b>   | <b>3.990</b>  | <b>1.384</b>  | <b>19.475</b>                              | <b>4.383</b>        | <b>29.232</b>  |
| <b>SUDESTE</b>  | <b>21.860</b>   | <b>18.145</b>   | <b>131.620</b>                             | <b>24.297</b>       | <b>195.922</b> |
| <b>SUL</b>  | <b>6.397</b>  | <b>8.719</b>  | <b>44.425</b>                              | <b>6.056</b>        | <b>65.597</b>  |
| <b>TOTAL</b>  | <b>46.756</b>   | <b>33.072</b>   | <b>222.474</b>                             | <b>45.942</b>       | <b>348.244</b> |

**Fonte: CONFEF**  
**Período: 1999 a 19/4/2015**

Uma vez que a temática tratada neste documento relaciona o exercício profissional com a formação acadêmica, o Quadro 3, apresentado a seguir, registra os dados da formação acadêmica da categoria, considerando as diferentes regiões geográficas do país e a diplomação obtida pelos profissionais registrados no sistema CONFEF/CREFs. Observa-se que a primeira coluna do Quadro 3, que trata do grau acadêmico, identifica o quantitativo de registrados no Sistema CONFEF/CREFs egressos de cursos superiores de licenciatura em Educação Física. Esses cursos estavam fundamentados legalmente na Resoluções CNE/CES nº 1/2002 e a Resolução CNE/CP nº 2/2002.

Já a segunda coluna do Quadro 3 ressalta o número de registrados oriundos de cursos de bacharelado. Esse dado, embora ainda menor quando comparado com os demais, ganha relevância quando se considera que a Educação Física brasileira historicamente foi vinculada à docência na educação básica, o que pode ter retardado o reconhecimento de outros campos de intervenção profissional, existentes ou latentes, na área. Igualmente, o pouco tempo de vigência da legislação nacional que reafirmou a formação específica para as licenciaturas, fez com que só recentemente as IES passassem a oferecer cursos superiores específicos para licenciatura e bacharelado.

Também a recente inserção da Educação Física na saúde reafirmou novas demandas sociais para esta área e concorreu para o estabelecimento de novos campos de intervenção profissional fora do magistério, deixando clara a necessidade de cursos superiores para formar bacharéis em Educação Física, com competências para o exercício profissional na prevenção e recuperação da saúde, nos diferentes setores da sociedade, além de imprimindo uma nova dinâmica na formação superior brasileira.

A terceira coluna do Quadro 3 demonstra o quantitativo de registrados no Sistema CONFEF/CREFs cujos graus acadêmicos foram obtidos em cursos de licenciatura em Educação Física no modelo mais tradicional, cuja base legal ainda era a Resolução nº 03/87, do então Conselho Federal de Educação - CFE. Destacando-se como o modelo de formação prevalente no conjunto da categoria, esse tipo de curso predominou até os anos 2005/2006, mesmo quando a Resolução CNE/CES nº 1/2002 e a Resolução CNE/CP nº 2/2002 já haviam sido publicadas e reafirmaram as diretrizes dessa formação para o magistério na Educação Básica.



Atualmente, todos os cursos de licenciatura estão submetidos à Resolução CNE/CP nº 2/2015 que, entre outros pontos, revogou as resoluções CNE/CES nº 1/2002 e CNE/CP nº 2/2002.

Na sequência, os dados do Quadro 4 permitem visualizar o número de Provisiionados registrados no Sistema CONFEE/CREFs de acordo com os respectivos anos.

| <b>Quadro 4 - Número de Provisiionados no Sistema CONFEE/CREFs</b> |                        |                  |                              |
|--|------------------------|------------------|------------------------------|
| <b>Ano</b>   | <b>Inscrição Anual</b> | <b>Acumulado</b> | <b>Crescimento Anual (%)</b> |
| <b>1999</b>  | <b>36</b>              | <b>36</b>        | <b>0,00</b>                  |
| <b>2000</b>  | <b>2.760</b>           | <b>2.796</b>     | <b>7.666,67</b>              |
| <b>2001</b>  | <b>8.473</b>           | <b>11.269</b>    | <b>303,04</b>                |
| <b>2002</b>  | <b>6.080</b>           | <b>17.349</b>    | <b>53,95</b>                 |
| <b>2003</b>  | <b>10.443</b>          | <b>27.792</b>    | <b>60,19</b>                 |
| <b>2004</b>  | <b>4.289</b>           | <b>32.081</b>    | <b>15,43</b>                 |
| <b>2005</b>  | <b>2.778</b>           | <b>34.859</b>    | <b>8,66</b>                  |
| <b>2006</b>  | <b>2.257</b>           | <b>37.116</b>    | <b>6,47</b>                  |
| <b>2007</b>  | <b>2.473</b>           | <b>39.589</b>    | <b>6,66</b>                  |
| <b>2008</b>  | <b>1.479</b>           | <b>41.068</b>    | <b>3,74</b>                  |
| <b>2009</b>  | <b>1.304</b>           | <b>42.372</b>    | <b>3,18</b>                  |
| <b>2010</b>  | <b>1.155</b>           | <b>43.527</b>    | <b>2,68</b>                  |
| <b>2011</b>  | <b>972</b>             | <b>44.499</b>    | <b>2,23</b>                  |
| <b>2012</b>  | <b>671</b>             | <b>45.170</b>    | <b>1,51</b>                  |
| <b>2013</b>  | <b>596</b>             | <b>45.766</b>    | <b>1,32</b>                  |
| <b>2014</b>  | <b>115</b>             | <b>45.881</b>    | <b>0,25</b>                  |
| <b>2015</b>  | <b>91</b>              | <b>45.942</b>    | <b>0,20</b>                  |
| <b>Fonte: CONFEE</b><br><b>Período: 1999 a 19/4/2015</b>           |                        |                  |                              |

Observe-se que, no ano de 1998, quando a profissão de Educação Física foi regulamentada e o Brasil já contava com uma grande quantidade de cursos superiores em funcionamento, ainda existia uma presença elevada de pessoas trabalhando na área sem reunir as condições legais para o exercício profissional, diplomadas e habilitadas. Uma informação a se considerar na análise desses dados é o decréscimo contínuo do número de Provisiionados registrados no Sistema CONFEE/CREFs, identificado principalmente a partir do ano de 2008. Acredita-se

que o prazo limite estabelecido pelo próprio Sistema para a efetivação desse tipo de registro, associado à promulgação da Lei Federal nº 9.696/98 e ao processo de fiscalização do exercício profissional, levaram muitos provisionados a ingressar em cursos de graduação em Educação Física, ou abandonar as atividades até então exercidas.

**Parte II**  
**Articulação entre Intervenção**  
**Profissional e Formação Superior**

## **Sistema CONFEF/CREFs e Instituições de Ensino Superior**

Às Instituições de Ensino Superior – IES, cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento sistemático de conhecimentos, conceitos e métodos, de modo que toda a produção científica circulante nos espaços acadêmicos seja fundamentada em bases teóricas sólidas, confirmadas pelas evidências científicas e aplicáveis em diferentes situações do exercício profissional e da convivência social.

Aos Conselhos Profissionais compete o enfrentamento das questões relacionadas ao exercício de uma determinada profissão, cabendo a essas organizações a responsabilidade pela vigilância permanente sobre a qualidade técnica e ética do trabalho prestado pelos egressos das IES à sociedade. Esta missão objetiva consolidar um padrão de profissionalismo sustentado por procedimentos, atitudes e valores que não vise apenas conferir status social à profissão e aos seus profissionais, mas que responda às necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa e em constante transformação.

Considerando que, diferentemente dos Conselhos Profissionais, as áreas estratégicas associadas às IES não remetem à atuação específica de uma determinada profissão, parece plausível aceitar que existem razões diferentes orientando as necessidades institucionais, as discussões e os encaminhamentos que se sucedem nessas instâncias. Nas IES, as discussões tendem a enfatizar as diferenças, enquanto nos Conselhos predomina a busca de aspectos convergentes que sejam úteis para orientar, organizar e desenvolver a prática profissional (TANI, 2012, p. 214).

Conforme a Lei Federal nº 9.394/1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Superior tem por finalidade, entre outros aspectos, formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a serem inseridos em setores profissionais e a participar no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborar na sua formação contínua, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Como se depreende do espírito da lei, os fundamentos da articulação entre as IES e os Conselhos Profissionais se revelam na necessidade de maior articulação da graduação com o mundo do trabalho, no despertar do espírito empreende-

do estudante e na disseminação de posturas profissionais compatíveis com as exigências técnico-científicas e éticas da sociedade atual.

Sendo assim, instituições formadoras e conselhos profissionais precisam agir de modo a compatibilizar responsabilidades e interesses para criar e dinamizar uma cultura de cooperação que leve ao aperfeiçoamento de normas indutoras de mudanças, de identificação e registro de experiências profissionais bem sucedidas e de realização de ações conjuntas.

## Dados Gerais da Formação Superior em Educação Física

A formação superior em Educação Física no Brasil, nos graus de licenciatura e de bacharelado, na modalidade presencial e na Educação a Distância - EAD, totaliza 2.153 cursos. Neste conjunto, 738 são cursos presenciais de licenciatura e 543 são cursos presenciais de bacharelado, conforme demonstrado no Quadro 5.

| <b>Quadro 5 - Cursos de Educação Física - Grau Acadêmico/Modalidade - Brasil</b> |                   |                           |              |
|--|-------------------|---------------------------|--------------|
| <b>Grau</b>  | <b>Presencial</b> | <b>EAD - Cursos/Polos</b> | <b>Total</b> |
| <b>Licenciatura</b>  | <b>738</b>        | <b>840</b>                | <b>1.578</b> |
| <b>Bacharelado</b>   | <b>543</b>        | <b>32</b>                 | <b>575</b>   |
| <b>Total</b>   | <b>1.281</b>      | <b>872</b>                | <b>2.153</b> |
| <b>Fonte: e-MEC<br/>Período: 1999 a 19/4/2015</b>                                |                   |                           |              |

Ao se considerar apenas os cursos de licenciatura em Educação Física, confirma-se a existência de um total de 1.578, sendo 738 na modalidade presencial e 840 realizados a distância, sendo desenvolvidos em todas as regiões geográficas do país.

Este quantitativo consagra a presença da EAD na formação de professores de Educação Física para atuar no magistério da educação básica e segue uma tendência adotada nos últimos dez anos para a formação de quadros da educação nacional, nas diversas licenciaturas. Neste particular, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste detêm a maior concentração dos cursos de licenciatura em Educação Física, ofertados presencialmente e também na modalidade EAD.

A presença quantitativamente maior de curso de licenciatura na formação superior na Educação Física brasileira reafirma, também, uma tradição dessa área de conhecimento, cuja intervenção profissional esteve sempre majoritariamente no ambiente escolar. Porém, ao se considerar que os cursos de bacharelado em Educação Física começam realmente a se constituir como tal, independentes da licenciatura, nos anos de 2010/2011, a existência de 543 cursos, perfazendo 42% da totalidade de cursos da área, sinaliza um crescimento significativo, ao mesmo tempo em que reafirma também uma tendência verificada na educação superior brasileira, haja vista que no período 2012-2013, houve um crescimento de matrícula na ordem de 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos superiores de tecnologia. (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – INEP/2013).

## **Qualidade do Exercício Profissional**

Na sociedade do conhecimento, da informação e da inovação, as expectativas dispensadas às IES e a responsabilidade inerente aos cursos de graduação, reafirmam o compromisso social com a preparação de profissionais detentores de um conjunto de competências, técnicas, habilidades e atitudes necessárias ao atendimento da população nos diferentes campos do saber, além de exigir desses profissionais os parâmetros de referência para o exercício das suas profissões e dos princípios éticos que as orientam.

No presente documento, a qualidade do exercício profissional é entendida como um atributo concreto que se traduz nas capacidades e meios de que dispõem as instituições formadoras para realizar as suas ações dentro de um padrão considerado ideal ou próximo dele. Fica evidenciado também que o mérito profissional, o rigor do método e a avaliação permanente, associados à diversidade, à equidade e à igualdade, são preceitos indispensáveis à qualidade.

Assim, a formação acadêmica de qualidade deverá considera, além dos enunciados gerais da educação superior, as determinações que dizem respeito diretamente às condições para inserção profissional dos egressos nos seus diferentes campos de trabalho.

Já o exercício profissional, compreendido como a ação de realizar atividade, profissão ou ocupação especializada, supõe preparo intelectual, competência técnico-científica, além de inserção política e postura ética. No cenário das diferentes profissões, a sistematização dos conhecimentos necessários para executá-las dentro de parâmetros de qualidade é condição indispensável para a sua existência.

A qualidade dos serviços prestados à sociedade, que se revela como o próprio objeto da orientação e da fiscalização do exercício profissional, sustenta-se, em primeiro lugar, na definição e normatização do conteúdo específico da formação acadêmico/profissional e cidadã, em segundo lugar, no registro do profissional e na fiscalização da sua intervenção.

Por essa razão, tecer considerações sobre a formação superior brasileira implica também analisar o processo formativo à luz das diretrizes que balizam o exercício da profissão, de modo a expressar a compreensão que se tem sobre os aspectos estruturantes do ensino superior considerando, fundamentalmente, as competências e as habilidades necessárias para o exercício profissional e a inserção dos egressos da graduação no mundo do trabalho.

Uma análise sobre o exercício profissional e a formação superior evidencia a graduação como elemento central na preparação para o exercício profissional, haja vista ser neste nível de ensino que o conhecimento sobre a profissionalização nos seus diferentes aspectos é apropriado pelos estudantes.

Assim, os estudantes de Educação Física devem conhecer as delimitações de competências e espaços da sua intervenção profissional futura, compreender a sua responsabilidade social e estudar o código de ética profissional. Essas necessidades integram o conjunto de saberes que articulam a formação acadêmica e o exercício profissional e primam por uma visão integradora do mundo acadêmico e do mundo do trabalho, do ensino superior e do exercício profissional.

Como toda profissão se constitui de um conjunto de práticas que busca atender demandas da sociedade, este atendimento se consubstancia na qualidade técnica e se orienta por normas éticas que definem a relação profissional entre a própria categoria, as demais profissões regulamentadas e os diversos setores e grupos sociais.

A qualidade do exercício profissional no âmbito das profissões regulamentadas implica a obtenção de diploma, decorrente da formação acadêmica ou profissional, a qual deverá reunir conhecimentos e técnicas necessárias ao exercício de uma profissão ou próprio dela, além de atender aos preceitos legais da educação superior brasileira e permitir aos egressos conhecerem os parâmetros éticos e de controle do exercício da sua profissão.

Embora em se tratando da ética profissional a referência seja sempre um conjunto de regras que envolvem o trabalho desenvolvido pelo conjunto dos integrantes de uma profissão e que são estabelecidas a partir de um determinado ponto de vista ético, é evidente que outros valores de caráter geral se inscrevem nas expectativas esperadas para todos os indivíduos.

Dessa forma, a missão primordial de um Código de Ética Profissional não se encerra no estabelecimento de regras de conduta ou de definição de parâmetros éticos para os diferentes procedimentos práticos de uma profissão. Ele tem a sua elaboração e aplicação amparadas em valores socialmente relevantes, sobretudo, na responsabilidade e no respeito que todos os profissionais devem dispensar ao conjunto dos cidadãos indistintamente.

No exercício profissional, a responsabilidade individual e coletiva se materializa na busca permanente para conciliar valores e interesses, para decidir entre o indivíduo e o conjunto da sociedade. Dessa forma, a existência dos códigos de ética, como instrumentos reguladores da conduta profissional e humana, reflete a necessidade de se estabelecer as relações de valor que existem entre o ideal moral definido e os diversos campos da conduta humana.

Na atualidade o ensino da ética na formação superior tem se tornado cada vez mais um ponto de consenso entre intelectuais e docentes. Uma compreensão que explicita a importância atribuída à presença desse conhecimento tanto na dimensão maior da formação humana, quanto no âmbito da preparação profissional específica, oportunidade em que os códigos de ética das profissões são analisados e os estudantes têm as primeiras noções sobre os seus direitos e deveres profissionais perante a sociedade em geral.

Reafirma-se, então, que a qualidade da intervenção profissional passa, necessariamente, pela compreensão de que ela se traduz na excelência em relação aos



conhecimentos específicos da área e dos seus respectivos campos sócio-político e cultural, aos meios e formas para levar esse conhecimento aos grupos de indivíduos a quem se destina a intervenção, além da responsabilidade ética no exercício profissional.

Ao tratar de questões estratégicas da preparação de profissionais para uma Educação Física de qualidade no Brasil, a Carta Brasileira de Educação Física elege três ações principais: 1) harmonizar os currículos dos cursos superiores de Educação Física com as últimas renovações conceituais ocorridas na Educação Física e incorporar a formação continuada como possibilidade de acesso aos avanços técnicos e científicos da área; 2) utilizar indicadores efetivos, em termos de qualidade, para comparar a preparação de profissionais do país com a de países vizinhos, objetivando futuros tratados de correspondência acadêmica nos blocos socioeconômicos da América Latina; 3) promover a preparação ampliada por meio de cursos, eventos, estágios, clínicas, entre outros, promovidos por organizações de reconhecida qualidade. (CONFEEF/2000).

Entre as estratégias possíveis para se alcançar a qualidade no exercício profissional em Educação Física está também a de orientar os profissionais para imprimir maior ênfase na mudança de comportamento dos beneficiários, por meio de uma prática profissional qualificada em termos de conhecimento, planejamento, orientação, argumentação técnico-científica, sistematização e avaliação.

A inclusão e a equidade social, a participação e o fortalecimento da ação comunitária são preocupações importantes que devem permear a ação de qualquer profissional, mas que não se confundem com os objetivos da própria profissão.

Neste cenário, a valorização da educação em geral e da formação universitária em particular, assim como a defesa das profissões e dos profissionais, além do reconhecimento do papel social dos órgãos que fiscalizam o exercício das profissões, consubstanciam conquistas sociais e devem ser exigidas por todos. Do mesmo modo, o conhecimento sobre a delimitação de competências e espaços de intervenção profissional, a responsabilidade social no exercício da profissão e a clareza de como deve ser o comportamento ético das diferentes categorias profissionais, devem ser de domínio público, garantindo aos cidadãos informações que lhes permitam usufruir dos seus direitos.

É importante ressaltar que o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes profissionais durante o processo formativo, a serem exercidas pelos egressos dos cursos de graduação, não significa que o exercício profissional deva ser enquadrado ou orientado numa visão meramente instrumental e utilitarista. Nas sociedades contemporâneas, trabalho e competência alargaram os seus significados e já não são mais focados essencialmente na produtividade, resultante da repetição e da produção em série.

Não se questiona que a prática profissional precisa do conhecimento técnico para se materializar, mas a dimensão pessoal, o pensamento e as posturas críticas e reflexivas, assim como o compromisso social, são insubstituíveis no processo de profissionalização de uma categoria.

Por outro lado, a responsabilidade social no exercício da profissão impõe aos Conselhos Profissionais e às instituições formadoras a fertilização do diálogo e a compreensão da dinâmica do processo histórico e de desenvolvimento das próprias profissões. Para isso, é preciso não assumir posição refratária ao mundo do trabalho e ao exercício profissional, além de entender que a prática sem embasamento científico não gera profissionais competentes.

Igualmente, é preciso haver uma disposição de colaboração entre os sistemas, as instâncias e as pessoas responsáveis pela formação superior e pela intervenção profissional, de modo a viabilizar, cada vez mais, o reconhecimento das profissões e dos profissionais, e para entender que o domínio do conhecimento e da prática é essencial para enfrentar a complexidade das sociedades no mundo atual.

Com esta compreensão, e sem esquecer que a Educação, a Saúde, o Esporte e o Lazer são processos sociais para os quais também convergem políticas públicas de natureza econômica e social, o CONFEF reafirma o seu compromisso com o fortalecimento da identidade da profissão e da ética no exercício profissional, além de assumir sua parcela de responsabilidade na qualidade da formação superior, na legitimação da Educação Física na Educação Básica, no fortalecimento da Educação Física na área da Saúde e no desenvolvimento do Esporte em todas as suas dimensões.

A educação, na forma como aqui está sendo tratada, efetiva-se de “modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pe-

dagógicos entre os profissionais e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou interdisciplinar e pedagógico, nas políticas, na gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica.” (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015).

Quando se discutem questões da educação superior brasileira, o primeiro nível de formação, denominado de graduação, é sempre o foco principal. Neste nível, os estudantes podem optar, fundamentalmente, por um curso de bacharelado, que se configura como curso superior que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade acadêmica, profissional ou cultural. Também se tem a opção de curso de licenciatura que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, além dos cursos superiores de tecnologia que são graduações de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas e que permitem atuações em áreas profissionais específicas.

As recentes alterações promovidas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2015, ampliaram as possibilidades de cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, com cursos de graduação de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura.

Em todas as opções formativas da licenciatura, e também nos cursos de bacharelado, a referência principal é o Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Ele estabelece o percurso de formação a ser cumprido pelo próprio curso e pelos alunos, uma vez que este documento estabelece as diretrizes do curso à luz das definições e das estratégias de desenvolvimento macro da instituição, as quais estão consubstanciadas no Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI.

O PDI indica os rumos a serem seguidos para que a instituição programe as suas ações pautada na qualidade, ancorada na sua dinâmica de funcionamento e nas suas formas de avaliação permanente, visando à promoção e o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

Contudo, há de se guardar a distinção entre os aspectos filosóficos que embasam o PPC de um curso de graduação e os seus aspectos operacionais. Tais

aspectos possuem identidades próprias e diferenciadas entre as várias áreas de conhecimento. Assim, sem se desgarrar dos princípios e fundamentos que o sustentam, a dimensão funcional do PPC busca garantir a identidade do curso, a sua opção formativa e o perfil do egresso, articuladamente com as dimensões do conhecimento e os seus respectivos conteúdos, com o corpo docente, com a produção científica da área e com a infraestrutura do curso.

Para isso, o PPC deve traduzir claramente o seu propósito, explicitando o perfil do curso e a sua articulação com a realidade local, a base legal que o orienta, a fundamentação teórica e prática que o ampara e justifica, além da intencionalidade pedagógica e formativa do conjunto e das partes que o compõem. Deve, ainda, explicitar como serão desenvolvidas as disciplinas, as atividades acadêmicas e os estágios, em termos de conteúdos e cargas horárias, além dos processos de avaliação, ou seja: deve ser claramente definido e corresponder legal e academicamente ao que se pretende atingir em termos de diplomação.

Todos esses componentes devem ser definidos, guardando entre eles a necessária interdependência e autonomia, e garantindo que se reconheça a lógica que une cada uma das suas partes ao todo. Na prática, esses aspectos se entrelaçam, moldando e imprimindo a dinamicidade necessária ao processo formativo.

O compromisso da instituição com a sociedade e da comunidade acadêmica com o caminho formativo escolhido, se materializa no dever de assegurar aos estudantes uma formação integral, garantindo-lhes o acesso ao conhecimento atualizado, às novas tecnologias, à vivência cotidiana da ética, para que possam responder profissionalmente, e de forma cidadã, às exigências da sociedade e do mundo do trabalho.

Por fim, ressalta-se que na base da elaboração do PPC deve prevalecer o diálogo efetivo dos dirigentes, professores e estudantes com a produção científica da área e com os avanços identificados na intervenção profissional. Esses elementos são propulsores da permanente atualização de conhecimentos e da inovação na área específica, além de serem importantes indicadores da qualidade do curso, da profissão e do comprometimento social do curso.

Especificamente em relação às licenciaturas em geral e à Educação Física em particular, após a data de 15 de outubro de 2005, a licenciatura e o bacharelado

passaram a representar graduações distintas, com terminalidades próprias. Esta normativa consolidou o entendimento de que o PPC e as matrizes curriculares da licenciatura e do bacharelado também são distintas. É evidente que, guardadas as recomendações legais, existem conhecimentos que são estruturantes gerais da formação superior em Educação Física, independentemente de o curso ser de licenciatura ou de bacharelado.

Entretanto, importa reafirmar que a licenciatura em Educação Física e o bacharelado em Educação Física não são um único curso de graduação, nem possuem as mesmas matrizes curriculares, pois a se aceitar este entendimento, voltar-se-ia aos antigos e superados modelos de formação de professores e se descaracterizaria as especificidades das várias intervenções profissionais, além dos aspectos identificadores do curso e do exercício profissional relativamente às competências e habilidades exigidas para os egressos de cada uma das diplomações definidas para a área.

Com base nessa compreensão, é responsabilidade do PPC favorecer os futuros profissionais no entendimento dos objetivos do seu curso, dos limites e das possibilidades da sua intervenção profissional. Também é fundamental que a opção formativa e os elementos constitutivos da intervenção profissional sejam conhecidos e compreendidos por gestores, docentes e estudantes do curso.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, a interface entre as dimensões do conhecimento, os componentes curriculares e seus respectivos conteúdos de ensino, as atividades complementares, os estágios e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, devem assegurar coerência com a linha de formação pretendida, licenciatura ou bacharelado, e os respectivos campos de intervenção profissional, além de promover articulação efetiva de todos os aspectos que compõem as diferentes dimensões do conhecimento.

No PPC, o corpo docente responsável por ministrar disciplinas e orientar o processo pedagógico também figura entre as dimensões a serem observadas. Nesse sentido, parece plausível recomendar que os professores que lecionam em cursos superiores de Educação Física tenham formação inicial, experiência e produção acadêmica e profissional em Educação Física, de modo a resguardar a qualidade científica e técnica da formação, assegurar a identidade da profissão e o desenvolvimento dessa área de conhecimento.

Para que o docente do ensino superior promova uma formação acadêmica de qualidade, é fundamental o conhecimento sobre a sua área de formação e sobre o mercado de trabalho, o domínio dos conteúdos da sua disciplina e das interfaces com disciplinas correlatas, o conhecimento geral sobre teorias pedagógicas, sobre metodologias de ensino e de avaliação. O compromisso com a sua profissão e com a sociedade, são aspectos igualmente insubstituíveis. Tudo isso deve ser coroado com a sua efetiva dedicação à docência e com remuneração financeira condizente com as suas responsabilidades.

Ao se pensar na qualidade do exercício profissional, pensa-se no perfil do egresso da graduação, o que impõe a clareza dos formadores em relação ao que se pretende alcançar em termos de competências, habilidades, atitudes e compromissos dos futuros profissionais. É inegável que o papel da formação inicial é o de proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de habilidades e aptidões, e deve abarcar as dimensões: científica, técnica, cultural, ética, político-social e humana.

No conjunto das ações que fundamentam e articulam a formação acadêmica, o estágio curricular é considerado uma atividade acadêmico-profissional de grande relevância para os estudantes, sendo definido como um ato educativo escolar supervisionado, cujo desenvolvimento ocorre no ambiente de trabalho e tem como objetivo a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

Na formação superior em Educação Física, o estágio curricular é parte integrante do PPC e deve obedecer à legislação própria, além de se desenvolver de acordo com as áreas específicas de intervenção profissional, consubstanciado em documento contratual intitulado Termo de Compromisso de Estágio, assinado pela Instituição de Ensino Superior, pelo acadêmico e pela entidade concedente. Segundo a Nota Técnica CONFEE nº 003/2012, em situação de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, as atividades próprias da profissão, exercidas em âmbito da licenciatura ou do bacharelado em Educação Física, devem ser acompanhadas e supervisionadas por profissional de Educação Física registrado no Sistema CONFEE/CREFs.

A orientação de estágio curricular obrigatório e não obrigatório em Educação Física inclui a responsabilidade sobre o que será desenvolvido pelo estagiário

---

em termos de conteúdos, de procedimentos e do próprio exercício da docência, no caso da licenciatura. A aplicação das atividades propostas para o estagiário, incluindo a correspondente responsabilidade ética, deve favorecer o aprendizado e a vivência de atitudes, competências e habilidades próprias da profissão, preparando o aluno para o exercício profissional futuro.

Para que isso aconteça, a supervisão de estágio deve ser entendida como a ação de conhecer, o mais globalmente possível, uma determinada atividade profissional com o objetivo de possibilitar o aperfeiçoamento contínuo de seu exercício, no contexto de uma determinada realidade. À supervisão também cabe orientar, quando necessário, o conjunto dos profissionais envolvidos no estágio, incluindo a correspondente responsabilidade ética.

Já o acompanhamento de estágio, refere-se à responsabilidade e observação direta sobre o conjunto das atividades propostas ao estagiário, de forma a possibilitar ação imediata em caso de conduta imprópria do estagiário ou de algum incidente durante a sessão de atividades.

Objetivando qualificar as atividades de estágio e garantir a segurança de todos os envolvidos (estagiário, supervisor e beneficiário), é recomendável que o número de estagiários definidos para cada supervisor, seja adequado à especificidade da sua intervenção profissional, à sua capacidade de orientação e de controle dessas atividades, inclusive o controle visual.

**Parte III**  
**Formação Inicial**  
**Licenciatura em Educação Física**



## Licenciatura em Educação Física

O Conselho Nacional de Educação aprovou recentemente a Resolução CNE/CP nº 2/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, assim compreendida: cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura. Esta normativa passou a ser a nova base legal dos cursos de formação de professores no país, sendo revogadas, entre outras, as Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CES nº 2/2002.

Dessa forma, todos os cursos de licenciatura deverão se adequar às orientações definidas na Resolução CNE/CP nº 2/2015 até 1º de julho de 2017. Diante desse quadro, e sendo esta uma decisão em nível nacional, as referências sobre a licenciatura em Educação Física feitas neste texto já estão pautadas nesta nova resolução.

Inicialmente, considera-se que a Resolução CNE/CP nº 2/2015 é bastante complexa, além de abrangente, haja vista a sua intenção de consolidar em um único documento as normas para a formação de profissionais do magistério no contexto da educação superior do país.

Ao definir uma nova organização pedagógica e curricular para a formação inicial em nível superior para atuação no magistério, a resolução referida traz detalhes da operacionalização dos currículos dos cursos que compõem a formação inicial de professores e aborda diferentes aspectos da preparação para a docência, incluindo as especificidades dessa formação para intervir nos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como orientações relativas à valorização social do magistério e às relações de trabalho do professor.

Igualmente, o novo marco legal da formação para o magistério também reconhece a existência de uma cultura escolar diferenciada, com o seu conjunto específico de conhecimentos, a exemplo das vivências relacionadas à função docente, que devem ser exercidas no decorrer da prática de ensino e do estágio supervisionado, desenvolvidos em tempo e lugares próprios.

Ao redefinir a estruturação dos cursos superiores de formação inicial no país, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 tornou inadiável a necessidade de operacionalizar

mudanças nos projetos pedagógicos das licenciaturas para garantir uma graduação que contemple os aspectos por ela estipulados, ou seja: as dimensões do saber e do fazer específicas da docência, da prática pedagógica e da pesquisa, além das novas orientações sobre carga horária.

Sendo assim, o ponto de partida para o processo de redefinição curricular das licenciaturas, desta vez com mais clareza e objetividade no que se refere à centralidade da preparação para o magistério no contexto da educação básica e das diversas modalidades de ensino, exige currículos com conteúdos formativos relativos às competências definidas para a formação docente, às diferentes abordagens do conhecimento pedagógico, aos conteúdos específicos do currículo dos diferentes níveis de ensino, às modalidades de ensino e às suas respectivas metodologias, além da avaliação e da organização e gestão do trabalho educativo escolar.

O projeto pedagógico das licenciaturas elaborados com base na Resolução CNE/CP nº 2/2015 deve ser estruturado considerando a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições e se constitui dos seguintes núcleos: Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais (I); II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino (II); Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular (III).

O projeto pedagógico deve observar também o cumprimento de uma carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas, desenvolvidas em, no mínimo, 8 períodos letivos, ou 4 anos. Do total da carga horária definida, 400 horas são destinadas à prática como componente curricular, vivenciada ao longo do curso; e 400 horas para estágio curricular supervisionado.

Pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas devem ser destinadas às atividades formativas, as quais devem ser estruturadas considerando os Núcleos de Formação Geral (I) e de Aprofundamento e Diversificação da Área de Atuação Profissional (II), à luz do Projeto da Instituição de Ensino.

São requeridas, ainda, 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse do estudante, conforme definido no Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular (III) e também de acordo com o projeto institucional. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2015).

Seguindo as orientações enunciadas, o projeto pedagógico do curso de licenciatura em Educação Física também deve ser integralizado em, no mínimo, quatro anos letivos, sendo a preparação para a docência e a prática pedagógica referenciais dessa formação. Além disso, os saberes e práticas da docência e do processo ensino-aprendizagem são reafirmados como conhecimentos gerais estruturantes para apreensão dos conhecimentos específicos da área.

No âmbito da graduação em Educação Física e das suas possibilidades de diplomação, pode-se entender que os seus cursos de licenciatura preparam para o magistério com base em uma matriz curricular constituída por um corpo de conhecimento da educação, da escola, da docência e da prática pedagógica. Porém, a esta base formativa, associa-se o conjunto de saberes e práticas da Educação Física, de modo a garantir o domínio das teorias, práticas, procedimentos e atitudes próprias da docência nessa área, distribuídas articuladamente nas dimensões biológica, cultural, didático-pedagógica e técnico-instrumental do movimento humano.

Por analogia e coerência com o expresso na Resolução CNE/CES nº 7/2004 e na Nota Técnica nº 003/2010 do Ministério da Educação, os cursos de Licenciatura em Educação Física devem ser estruturados considerando os conteúdos programáticos específicos da área. Neste particular, se enfatiza que os conteúdos específicos da Educação Física devem ser devidamente contextualizados na formação do licenciado, objetivando a docência na educação básica.

Sendo assim, saberes gerais e específicos se juntam, mas deixam clara a distinção entre Educação no sentido amplo do termo, os seus objetivos e finalidades, e o sentido, objetivos e finalidades da Educação Física, desenvolvida no contexto da educação básica.

A formação superior em Educação Física, com diplomação distintas de licenciatura e de bacharelado, tem avançado na superação de currículos amplos e difusos e, até mesmo, desfocados em termos do perfil profissional do professor de Educação Física que atuará na educação física escolar.

Ao tratar questões mais amplas sobre o desenvolvimento da Educação Física Escolar, Tani (2012) ressalta: “A própria formação profissional para atuar nessa área foi mais bem definida, ainda que indiretamente, com a criação do curso de bacharelado.” (p.213).

Acredita-se que as características da licenciatura em Educação Física se consolidarão ainda mais na medida em que as 400 horas de estágio curricular supervisionado garanta aos estudantes vivenciar situações de ensino-aprendizagem, explorando as dimensões teórica, prática e investigativa da docência nesta área. Nesses estágios, o objetivo a ser alcançado é a vivência/experimentação da aplicação do conhecimento sobre o desenvolvimento humano, incluindo os indivíduos com deficiências, além dos saberes específicos da dimensão pedagógica dos conteúdos específicos da Educação Física.

As unidades educacionais da educação básica são reconhecidas como campos de estágio privilegiados dos estudantes de licenciatura por permitirem aos futuros profissionais aprender a planejar e desenvolver situações de ensino-aprendizagem, do campo da educação e dos saberes da área de conhecimento específico.

Ao se garantir a presença de um professor de Educação Física em toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), resguarda-se o caráter de integração e continuidade que deve existir no processo ensino-aprendizagem desta disciplina, o que contribuirá com a visão sistêmica que se deseja para este componente curricular e também para a formação dos profissionais que irão atuar no magistério.

Entretanto, a intervenção do professor de Educação Física na educação infantil ainda é considerada um desafio a ser superado no âmbito da educação básica, uma vez que em muitos municípios do Brasil essas atividades não estão sob a sua responsabilidade. Esta realidade demanda urgência na compreensão, definição e apropriação, por parte dos gestores da educação brasileira, do real significado da educação física na educação infantil.

Uma compreensão explicitada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, que ao definir as competências esperadas para o egresso da licenciatura em Educação Física, destaca o domínio de conhecimentos técnico-

-científicos para intervir no campo da educação básica, de modo a planejar, ensinar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades educacionais, respeitando os diferentes níveis de aprendizagem e desenvolvimento corporal. (PORTARIA INEP nº 217/2011).

Para dar conta dessa formação, a infraestrutura para funcionamento dos cursos de licenciatura em Educação Física deve apresentar o que, em geral, se exige para qualquer outro curso superior, a exemplo de biblioteca, laboratório de informática, dependências com acessibilidade para atender a estudantes com deficiências, entre outros.

Entretanto, e considerando as especificidades da formação de professores de Educação Física, torna-se indispensável que os cursos de graduação possuam Laboratórios de Ensino, entendidos como espaços físicos específicos e multidisciplinares, e respectivos equipamentos/materiais, utilizados para a aprendizagem das diferentes dimensões das ciências da vida: 1) laboratório de anatomia; 2) laboratório de fisiologia humana; 3) laboratório de bioquímica; 4) laboratório de biologia. Têm-se, ainda, os Laboratórios Didáticos Especializados que são espaços e respectivos equipamentos/materiais, utilizados para o desenvolvimento das atividades técnicas, didáticas e pedagógicas do curso, a saber: 1) laboratório de estudos do Movimento Humano; destinado ao ensino-aprendizagem sobre crescimento, desenvolvimento e avaliação do movimento humano; 2) quadra poliesportiva; 3) piscina; 4) pista de atletismo; 5) sala de ginástica, lutas e dança; 6) campo de futebol.

É evidente que os problemas e os novos caminhos que caracterizam o sucesso ou insucesso da Educação Física, não podem ser atribuídos ou resolvidos exclusivamente pela reformulação da formação docente. Porém, entre as dimensões e os fatores responsáveis pela qualidade do ensino nas escolas brasileiras, a exemplo de recursos físicos e materiais, recursos didáticos, formação continuada, gestão escolar, remuneração docente, participação da família, entre outros, não se tem dúvidas de que a conjugação dos avanços do conhecimento e dos novos ditames sociais colocam sérios desafios à formação de professores de Educação Física e ao desempenho desses profissionais.

## **Intervenção Profissional do Licenciado em Educação Física**

O Curso de Licenciatura em Educação Física visa formar professores com autonomia intelectual, conhecedores das suas áreas de intervenção profissional, éticos e comprometidos com o papel transformador da educação.

Para isso, esses profissionais também devem possuir conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais de modo a lhes assegurar competências para entender, interpretar e intervir na realidade, além de dominar o uso de métodos, técnicas, instrumentos e recursos que possibilitem o exercício profissional de modo competente.

Sendo a docência em Educação Física na educação básica uma prerrogativa do licenciado nessa área, este professor deve estar preparado para identificar, planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos dessa disciplina no nível de formação antes referido. O licenciado em Educação Física também pode atuar na educação superior, observada a legislação específica em termos de titulação acadêmica.

Dada essa conjuntura, o CONFEF ratifica que a licenciatura necessita de uma formação superior voltada para as atividades de ensino/docência e de prática pedagógica, sem negar os conhecimentos diversos e específicos das diferentes áreas de conhecimento. Esta curso visa garantir aos futuros professores de Educação Física conhecimentos e competências gerais no âmbito da educação, da formação cidadã e da educação para a saúde. Os conhecimentos e competências específicas estão relacionadas a ginástica, ao jogo, à recreação, ao esporte educacional e à dança, visando ao exercício profissional na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.

Em síntese, espera-se que a formação superior possibilite ao futuro professor de Educação Física “conhecer, selecionar, aplicar e avaliar, as diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias de ensino para a intervenção docente, articulando os conteúdos da área de modo interdisciplinar.” (PORTARIA INEP nº 217/2011).

Entre as intenções desejadas e as responsabilidades esperadas dos licenciados em Educação Física, está a sua importante contribuição na formação geral de crianças e jovens, favorecendo a aquisição de competências motoras, a ampliação do repertório de movimento e o hábito da prática regular de atividades físicas, além da compreensão da necessidade dos educandos incorporarem esta prática como parte de um estilo de vida saudável e de atitudes relacionadas à manutenção da saúde.

No contexto da intervenção do professor de Educação Física, o esporte é utilizado como meio formativo privilegiado para o desenvolvimento das capacidades físicas, dos aspectos motores, da cooperação, do respeito às regras e da socialização, além do acesso ao conhecimento e aos bens culturais produzidos pela humanidade no âmbito do esporte.

Esta compreensão baseia-se em concepções gerais sobre o fenômeno esportivo, as quais identificam o esporte educacional, ou de formação, como sendo aquele praticado na educação escolar evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

É importante ressaltar a característica do esporte escolar como direito social, cuja perspectiva é sua universalização, exigindo que a sua realização se efetive na educação básica, pública e privada, e para que seja tratado sob a perspectiva da inclusão. O importante de tudo isso é que os professores de Educação Física favoreçam a vivência do esporte e permitam apreciá-lo em todas as suas dimensões, seja como praticantes ou como espectadores.

Para isso, alguns princípios devem orientar a intervenção dos professores ao ensinar o esporte no contexto da Educação Física ministrada na educação básica, a saber: valorização da participação, da satisfação, do sucesso e do desenvolvimento da autoestima; utilização do esporte como meio de desenvolvimento da cooperação, da autonomia e do associativismo; consideração das limitações fisiológicas, motoras e psicológicas dos alunos, e desvinculação das competições escolares do modelo esportivo adotado no alto rendimento.

Vê-se, assim, a necessidade de compreender o esporte na escola a partir do seu significado educativo e dos objetivos do projeto político pedagógico de cada instituição de ensino, garantindo-lhe tratamento próprio quando for utilizado como conteúdo da Educação Física.

Compreendendo a competição como situação inerente ao esporte, é importante que o professor valorize o processo de organização dos eventos esportivos, inclusive a definição das regras a serem obedecidas, que reflita sobre as condições físicas, emocionais e de segurança dos participantes, de modo que a prática esportiva some aspectos positivos à formação integral dos alunos e evite acidentes, frustrações e abandono.

Finalizando as considerações feitas até então, apresenta-se no Quadro 6 uma síntese com informações relativas à formação e à intervenção do licenciado em Educação Física.

| <b>Quadro 6 - Licenciado em Educação Física</b> |  |
|---|--|
| <b>Base Legal da Formação</b>                   | <b>Resolução CNE/CES nº 7/2004 conjugada com a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e com as normas complementares do exercício profissional.</b>  |
| <b>Identificação</b>                            | <b>Professor de Educação Física<br/>Profissional de Educação Física</b>  |
| <b>Duração do Curso Superior</b>                | <b>4 anos (mínimo) e 3.200 horas.</b>  |
| <b>Campos de Intervenção Profissional</b>       | <b>Instituições de Ensino de Educação Básica.</b>  |
| <b>Foco da Profissão</b>                        | <b>Docência da componente curricular Educação Física na Educação Básica. Docência de conteúdos de formação profissional na Educação Superior. Pesquisa na área e em área correlatas.</b> |
| <b>Categoria e distribuição de emprego</b>      | <b>Público e Privado, em todo o Brasil.</b>  |
| <b>Registro no Sistema CONFEF/CREFs</b>         | <b>Licenciado em Educação Física.</b>  |



## **Dimensões do Conhecimento do Curso de Licenciatura em Educação Física**

A Educação Física se constitui num corpo de conhecimentos com identidade própria, resultante de estudos e evidências teórico-científicas, técnicas e socio-culturais que buscam responder às necessidades da sociedade e explicar as particularidades do movimento humano intencional.

Sendo assim, para determinar os tipos de saberes necessários à formação do licenciado e organizá-lo dentro das grandes dimensões do conhecimento que sustentam essa formação e lhe dão cientificidade, é fundamental reconhecer a Educação Física como uma área acadêmica e também profissionalizante, o que torna imprescindível a necessidade de clarificar e estruturar essas duas vertentes.

Diante desse entendimento, os diferentes componentes curriculares que integram a formação acadêmica precisam convergir para dar ao estudante as bases mínimas de conhecimento, a serem enriquecidas com as atividades complementares e o estágio orientado.

A Resolução CNE/CP nº 2/2015 define que ao longo do processo de formação “deverá ser garantida a efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.”

Numa perspectiva mais operacional, afirma-se que a matriz curricular reúne os componentes de ensino e os seus respectivos conteúdos, expressa a seleção e o ordenamento daquilo que realmente se deseja em termos de formação superior, sem superficialidades, mas também sem exageros de carga horária ou de abrangência de temáticas desconectadas e de interesse pontuais. Em resumo: na graduação os conhecimentos estruturados na matriz curricular devem expressar, de forma objetiva, os elementos formativos do curso.

No curso de licenciatura em Educação Física, a matriz curricular tem por base o corpo de conhecimento da educação, da escola e da prática pedagógica e sua estruturação comporta conteúdos teóricos e práticos da Educação Física, os quais articulam as dimensões do conhecimento definidas nas DCNs.

---

Para dar conta dessa formação, os licenciados precisam explorar questões e temas transversais importantes para a sua formação geral, a exemplo de ética, gênero, cidadania, saúde e meio ambiente, violência, diversidade cultural, entre outros.

Neste contexto, o estágio curricular supervisionado, componente obrigatório do currículo das licenciaturas, apresenta-se como uma atividade específica articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico e deve observar a oportunidade pedagógica para inserir a discussão de temas transversais próprios da formação geral dos futuros professores.

Dentro desta perspectiva, o Quadro 7 exposto na sequência das considerações até então apresentadas, reúne um conjunto de conhecimentos considerados necessários para a intervenção profissional do licenciado em Educação Física.

Entretanto, reafirma-se que cabe às instituições formadoras detalhar esses conhecimentos, tendo como referência as DCNs, além de resguardar a sinergia entre os objetivos do curso e as competências e habilidades definidas para o profissional a ser formado. Assim, o Quadro 7 é apenas uma sugestão e deve ser tratado como tal, mesmo que a sua elaboração tenha considerado os conhecimentos necessários ao embasamento científico das técnicas e habilidades da área e dos conceitos que permitirão ao futuro profissional responder “por que, para que e como” a Educação Física é imprescindível no contexto da educação brasileira.

## Quadro 7 - Estruturação de conhecimentos necessários para a intervenção profissional do licenciado em Educação Física

| Dimensões do Conhecimento  | Áreas de Conhecimento  | Conhecimentos para Intervenção Profissional   |
|--|--|---|
| <p style="text-align: center;"><b>Ser Humano e Sociedade</b></p> <p>Formação e desenvolvimento da sociedade; valores socioculturais.</p> |  | <p><b>Bases Socioculturais da Educação Física</b><br/>O corpo como expressão cultural; qualidade de vida e suas interfaces com a alimentação, a atividade corporal e a indústria da beleza; pressupostos teóricos sobre a caracterização da Educação Física em relação às suas principais demandas sociais: educação, esporte, saúde, estética e lazer.</p> |
|  | <p style="text-align: center;"><b>Sociológica</b></p> <p>Estudo da Sociedade e suas relações com a Educação Física.</p>                                    | <p><b>Antropologia da Educação Física e dos Esportes</b><br/>Bases sociológicas e antropológicas da Educação Física e dos Esportes; antropologia do movimento humano; o fenômeno esportivo; educação, cultura e esporte; relações entre Educação Física, esporte, saúde e cultura.</p>  |
|  |  | <p><b>Sociologia da Educação</b><br/>Sociedade humana, educação e cultura; relações entre educação e a vida social; a sociologia da educação na primeira metade do século XX; estudos sobre educação após a Segunda Guerra Mundial; a “crítica radical” dos anos 70 - educação e reprodução.</p>  |
|  | <p style="text-align: center;"><b>Histórico-Filosófica</b></p> <p>Estudo das relações entre filosofia, Educação Física e esportes; ética profissional.</p> | <p><b>História da Educação</b><br/>A educação no contexto histórico da sociedade ocidental; marcos e contextos que caracterizam o processo histórico da educação no Brasil.</p>   |
|  |  | <p><b>Bases Históricas e Filosóficas da Educação Física e dos Esportes</b><br/>Introdução à filosofia; atitude e reflexão filosófica; o movimento humano em diferentes períodos históricos; história da Educação Física; concepções, características e influências sofridas pela Educação Física ao longo da sua história.</p>                              |
|  |  | <p><b>Ética Profissional</b><br/>Ética e moral; Código de Ética Profissional, deveres, direitos e responsabilidades do profissional de educação física; bioética.</p>   |

|   |   |   |
|---|---|---|
| <p><b>Biológica do Corpo Humano</b><br/>Respostas biológicas do ser humano aos movimentos voluntários.</p>  | <p><b>Biológica</b><br/>Estudo dos aspectos e leis biológicas inerentes aos seres humanos</p>   | <p><b>Biologia</b><br/>Conceito e divisão da biologia; caracterização dos seres vivos; teorias sobre a origem da vida; métodos de estudo da célula e microscopia; mecanismos estruturais e moleculares do funcionamento celular e da herança biológica; mitose e meiose; diferenciação celular.</p>   |
|   |   | <p><b>Crescimento e desenvolvimento</b><br/>Conceitos básicos; fatores que influenciam o crescimento e o desenvolvimento; avaliação e análise do crescimento e desenvolvimento humano nas diferentes fases de maturação do indivíduo.</p>   |
|   | <p><b>Fisiológica</b><br/>Estudo da fisiologia dos sistemas orgânicos do ser humano.</p>  | <p><b>Fisiologia geral</b><br/>Fisiologia dos sistemas: nervoso, muscular, cardiovascular, respiratório, digestivo, renal, endócrino e reprodutor.</p>  |
|   | <p><b>Mecânica do Corpo Humano</b><br/>Estudo dos sistemas corporais responsáveis pelo movimento humano.</p>  | <p><b>Biomecânica</b><br/>Conceitos, princípios e componentes da biomecânica; princípios básicos da mecânica aplicados ao movimento humano; fundamentos do movimento humano; ângulo de inserção muscular; relações força-tempo, comprimento-tensão, força-velocidade; biomecânica da locomoção.</p>   |
|   | <p><b>Morfológica</b><br/>Estudo anatômico dos sistemas corporais.</p>  | <p><b>Anatomia do Movimento Humano</b><br/>Planos e eixos do corpo humano; aspectos morfológicos dos sistemas orgânicos: tegumentar, esquelético, articular, muscular, digestivo, circulatório, respiratório; urinário, reprodutor, endócrino e nervoso. Anatomia funcional do aparelho locomotor e suas aplicações nas ações esportivas e no exercício físico; anatomia funcional da coluna vertebral, cintura escapular, membros superiores, cintura pélvica e membros inferiores; aspectos morfológicos da marcha.</p> |
| <p><b>Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico</b><br/>Educação Física como área científica, de pesquisa e de formação profissional.</p> | <p><b>Teoria e Metodologia Científica</b><br/>Estudo dos tipos de conhecimento; atitude científica; bases metodológicas do trabalho científico.</p> | <p><b>Metodologia da Pesquisa em Educação Física</b><br/>Metodologia científica; tipos de pesquisa, problemas, objetivos e hipóteses; Pesquisa: universo e amostra, instrumentos e procedimentos; coleta e análise dos dados; redação técnico-científica; elaboração de um projeto para a Educação Física escolar; adequação às exigências éticas; elaboração e apresentação de trabalho científico.</p>  |
|   |   | <p><b>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC</b><br/>Elaboração e apresentação de trabalho de monografia, elaborado de acordo com normas técnicas.</p>  |
|   |   | <p><b>Introdução aos Estudos Acadêmicos</b><br/>Ciência e formação superior; leitura e produção de textos; cultura digital: novas práticas de leitura, de escrita e de construção do conhecimento; acesso à informação. Organização de trabalhos acadêmicos</p>   |

|   |   |   |
|---|---|---|
|   |   | <p><b>Estatística</b><br/>Medidas estatísticas, dados relativos e noções de probabilidade; população e amostra; distribuição de frequência, medidas de posição e de dispersão; correlação binomial, curva normal, "t" de Student e Qui-quadrado; teste de hipóteses; construção de faixas de referência. Noções básicas sobre inferência estatística.</p> |
| <p><b>Didático-Pedagógica</b><br/>Concepções pedagógicas e metodológicas do processo ensino-aprendizagem.</p>   | <p><b>Psicopedagógica</b><br/>Estudo das motivações e aspectos do processo ensino-aprendizagem.</p> | <p><b>Psicopedagogia</b><br/>Processos de aprendizagem; desenvolvimento emocional e aprendizagem; problemas de aprendizagem em crianças, adolescentes e adultos; sucesso e insucesso escolar; estratégias e procedimentos para facilitação da aprendizagem.</p>   |
|   |   | <p><b>Psicologia do Desenvolvimento</b><br/>Desenvolvimento humano nas diferentes fases da vida; desenvolvimento cognitivo, social e da personalidade; socialização e suas implicações nas áreas cognitiva e psicossocial.</p>  |
|   | <p><b>Técnico-Pedagógica</b><br/>Estudos sobre o ensino da Educação Física na Educação Básica.</p>  | <p><b>Pedagogia da Educação Física</b><br/>Concepções e propostas pedagógicas utilizadas na Educação Física; aspectos pedagógicos do ensino da Educação Física; conteúdos de ensino da Educação Física na Educação Básica.</p>  |
|   |   | <p><b>Didática Aplicada à Educação Física</b><br/>Didática e Educação Física; metodologia do ensino da Educação Física; prática pedagógica em Educação Física; métodos e técnicas de ensino aplicadas à Educação Física escolar; organização e condução de uma aula de Educação Física; relação professor-aluno.</p>                                      |
|   |   | <p><b>Avaliação em Educação Física</b><br/>Avaliação como processo de aprendizagem; princípios e métodos de avaliação escolar; propostas de avaliação em Educação Física; protocolo e testes para aplicação em crianças e jovens em idade escolar.</p>  |
|   |   | <p><b>Educação Física Escolar</b><br/>Educação Física como objeto de conhecimento; a aula de Educação Física na educação infantil e nos ensinamentos fundamental e médio: conteúdos, metodologia e inclusão</p>   |
|   |   | <p><b>Prática como Componente Curricular – PCC</b><br/>Articulação teoria-prática entre diversas áreas de conhecimento por meio da aproximação entre o currículo de formação e a prática pedagógica.</p>  |
| <p><b>Estágio Supervisionado</b><br/>Análise, reflexão e discussão da relação teoria-prática a partir dos elementos observados e/ou vivenciados em diferentes momentos do curso; envolvimento com experiências de desenvolvimento curricular em espaços educativos; conhecimento da unidade escolar, seu projeto pedagógico e diferentes papéis assumidos na escola (direção, orientação, professor, funcionário, aluno); experiências docentes em escolas de educação básica; exercício da prática docente supervisionada.</p> |   |   |

|  |   |   |
|--|---|---|
| <p><b>Técnico-Instrumental</b><br/>Conhecimentos e procedimentos específicos que contribuem na caracterização da área e fornecem suporte para a intervenção profissional na educação básica.</p> | <p><b>Formação Ginástica e Educação Motora</b><br/>Meios e métodos ginásticos e sua associação com a educação do ato motor.</p> | <p><b>Comportamento Motor</b><br/>Bases teóricas e conceitos; mudanças físicas e motoras no ciclo da vida; idades biológica e cronológica; padrões de desenvolvimento das habilidades motoras; características e fases da aprendizagem motora; esquema motor; fatores que influenciam a aquisição e controle de habilidades motoras; mecanismos de controle dos movimentos; recursos para avaliação desenvolvimento, aprendizagem e controle motor.</p> |
|  |   | <p><b>Metodologia do Ensino da Ginástica</b><br/>Histórico e evolução; conceitos e classificação; valor educativo; principais escolas ou métodos ginásticos; estudo e análise de diferentes manifestações da ginástica na cultura brasileira. Aspectos didático-pedagógicos do ensino da ginástica no ensino fundamental e médio.</p>   |
|  | <p><b>Política e Gestão</b><br/>Políticas em Educação e suas relações com a Educação Física.</p>                                | <p><b>Gestão Escolar</b><br/>Princípios e procedimentos da administração aplicados à administração escolar; modelos e diretrizes de planejamento; o projeto pedagógico da escola; papel do professor de Educação Física na administração escolar; currículos e programas em Educação Física.</p>  |
|  |   | <p><b>Políticas Públicas em Educação</b><br/>Formas de organização social e sua caracterização; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais; Plano Nacional de Educação; programas e indicadores de avaliação da educação básica (IDEB, PISA, Taxas de alfabetização); políticas de acesso à educação (ENEM).</p>   |
|  |   | <p><b>Legislação e Sistematização da Educação Básica</b><br/>Visão histórica da Educação no Brasil; legislação da educação básica; impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação e à Educação Física.</p>  |
|  |   | <p><b>Organização e Gestão de Eventos Escolares</b><br/>Organização de competições escolares; interação escola-comunidade; planejamento, organização, execução e avaliação de eventos escolares e comunitários.</p>   |

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p><b>Técnico-Instrumental</b><br/>Conhecimentos e procedimentos específicos que contribuem na caracterização da área e fornecem suporte para a intervenção profissional na educação básica.</p>   | <p><b>Promoção da Saúde</b><br/>Estudo da relação entre atividade física e saúde; promoção da saúde no âmbito escolar.</p>   | <p><b>Saúde e Educação Física Escolar</b><br/>Educação em saúde; concepções de saúde: conceito, contextualização e determinantes; o estilo de vida e sua influência na saúde; o papel da educação física na promoção da saúde e prevenção de doenças.</p>   |
|  |  | <p><b>Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros</b><br/>Acidentes frequentes na prática esportiva e nos exercícios físicos: primeiros socorros e prevenção; procedimentos primários em situações de emergência; manobras e técnicas de socorros.</p>  |
|  | <p><b>Formação Inclusiva</b><br/>Estudo da inclusão como fenômeno social; processos e meios para a inclusão dos alunos com deficiência do processo educacional da Educação Física.</p> | <p><b>Língua Brasileira de Sinais</b><br/>Introdução aos aspectos linguísticos na língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia e sintaxe: noções básicas da escrita de sinais; processo de aquisição da língua de sinais.</p>   |
|  |  | <p><b>Educação Física para Pessoas com Deficiência</b><br/>Conceitos e objetivos; Políticas públicas de inclusão, legislação e funcionamento da educação física para pessoas com deficiência; tipos de deficiências e suas principais características; atuação do professor de Educação Física: atitudes, competências, recursos materiais e humanos, e processos metodológicos específicos.</p>                      |
|  | <p><b>Esportiva</b><br/>Estudo do esporte; esporte como ferramenta de formação integral.</p>   | <p><b>Esporte Educacional</b><br/>Evolução histórica do esporte e sua relação com a Educação Física Escolar; práticas esportivas escolares a partir de procedimentos metodológicos centrados no projeto educativo da escola; organização e desenvolvimento de projetos esportivos escolares orientados para a iniciação esportiva; interação e conhecimento sobre esportes relacionados à cultura local/regional.</p> |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino do Atletismo</b><br/>Fundamentos históricos, composição e evolução do atletismo; princípios pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; processos pedagógicos e jogos pré-desportivos relacionados ao correr, saltar, lançar e arremessar; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos da modalidade; regras básicas.</p>           |
| <p><b>Metodologia do Ensino das Atividades Aquáticas</b><br/>As atividades no meio líquido como parte da formação integral. Processos de adaptação ao meio líquido. Procedimentos pedagógicos para aprendizagem da natação em ambiente escolar; nados utilitários.</p> |  |   |

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p><b>Técnico-Instrumental</b><br/>Conhecimentos e procedimentos específicos que contribuem na caracterização da área e fornecem suporte para a intervenção profissional na educação básica.</p> | <p><b>Esportiva</b><br/>Estudo do esporte; esporte como ferramenta de formação integral.</p> | <p><b>Metodologia do Ensino do Basquetebol</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos; regras básicas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos básicos.</p>  |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino do Futebol e Futsal</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos; regras básicas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos básicos.</p>   |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino da Ginástica Artística</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos para o processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; processos pedagógicos e jogos pré-desportivos relacionados com os fundamentos da modalidade e suas regras básicas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos da modalidade; aparelhos e equipamentos da modalidade.</p> |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino do Handebol</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos; regras básicas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos básicos.</p>   |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino do Voleibol</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos; regras básicas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos básicos.</p>   |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino da Ginástica Rítmica</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; processos pedagógicos e jogos relacionados com a modalidade, implementos utilizados e regras básicas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos da modalidade.</p>   |
|  |  | <p><b>Metodologia do Ensino das Lutas</b><br/>Fundamentos históricos; relação com a Educação Física; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na prática das lutas; fundamentos básicos das lutas; iniciação e desenvolvimento dos fundamentos técnicos e regras básicas.</p>  |



|   |  |  |
|---|--|--|
| <p><b>Cultural do Movimento Humano</b><br/>O movimento humano e os seus significados culturais.</p>           | <p><b>Cultura e Movimento</b><br/>Teoria e metodologia do jogo e da recreação; manifestações culturais.</p>                        | <p><b>Recreação e Jogos</b><br/>Os jogos e brincadeiras na cultura brasileira; classificação dos jogos e procedimentos pedagógicos; significados, influências e importância dos jogos para a Educação Física. Significados do brincar e o universo infantil; colônia de férias, ruas de lazer; atividades artísticas recreativas.</p>                                    |
|   |  | <p><b>Expressão Corporal e Educação do Ritmo</b><br/>Ritmo: classificação, valores, composição; relação com a Educação Física: postura, posições, passagens, deslocamentos; exercícios rítmicos; noções de linguagem musical e sua manifestação na expressão do corpo.</p>   |
|   |  | <p><b>Metodologia do Ensino da Dança</b><br/>Origem e evolução da dança; relação dança e educação física; linguagem da dança como expressão cultural; aspectos metodológicos e didático-pedagógicos do ensino da dança; linhas coreográficas; fundamentos técnicos da dança; danças e demais manifestações folclóricas; organização de festivais de dança.</p>           |
| <p><b>Aprofundamento de Conhecimento</b><br/>Conhecimentos que possibilitem ampliar a formação acadêmica.</p> | <p><b>Tópicos Especiais</b><br/>Temas de estudo variados e identificados segundo interesses, aptidões, e demandas específicas.</p> | <p><b>Tópicos Especiais em Educação Física Escolar</b><br/>Educação Física escolar no projeto pedagógico da escola; Temas transversais à Educação Física escolar: violência, saúde escolar, obesidade, bem-estar e qualidade de vida, gênero, sexualidade; fatores intervenientes e influências negativas no desempenho esportivo: drogas lícitas e drogas ilícitas.</p> |
|   |  | <p><b>Tecnologia da Informação e Comunicação</b><br/>Ambiente virtual, comunidade virtual e internet; evolução e tendências das tecnologias; criação de documentos, edição e formatação; ferramentas para pesquisa, seleção e organização das informações.</p>   |
|   |  | <p><b>Atividades Complementares</b><br/>Participação do estudante em atividades científicas e culturais: cursos, congressos, seminários, projetos de ensino, pesquisa e extensão no campo de intervenção do licenciado.</p>  |

**Parte IV**  
**Formação Inicial**  
**Bacharelado em Educação Física**

## Bacharelado em Educação Física

O processo de preparação para o exercício de uma profissão requer atenção permanente sobre as normas gerais, e as orientações complementares, originárias de diferentes setores e entidades com representatividade no contexto nacional da educação superior, da organização do trabalho e também das diretrizes que regulam as profissões. Essas normas se apresentam, muitas vezes, múltiplas e complexas.

Nesse sentido, ao se estruturar o Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Educação Física, a Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, e a Resolução CNE/CES nº 4/2009, que dispõe sobre a carga horária mínima, os procedimentos relativos à integralização e a duração dos cursos de Educação Física, bacharelado, na modalidade presencial, além de estabelecer o tempo mínimo de quatro anos de duração e uma carga horária de 3.200 horas para essa formação superior, representam os eixos orientadores e o parâmetros legais para a organização curricular dos cursos de bacharelado em Educação Física.

O Conselho Nacional de Saúde - CNS, ao publicar a Resolução CNS/MS nº 287/98 que inseriu a Educação Física no rol das profissões da área da saúde também criou um documento referencial no âmbito da formação superior nessa área, uma vez que ao entrar no grupo das profissões da saúde, a graduação em Educação Física, no nível do bacharelado, precisa preparar os seus egressos em termos de conhecimentos competências e habilidades gerais exigidas aos demais profissionais da saúde.

Cabe explicar que o profissional da área da saúde tem o seu trabalho relacionado às ciências dessa área, sendo responsável pela operacionalização de políticas, programas e ações de saúde, públicas e privadas, observadas as especificidades das suas formações.

Segundo Nascimento *et al* (2012), no setor público, no setor privado e no terceiro setor existem demandas de trabalho para a área de Educação Física relacionadas à saúde. Para esses autores “Ignorar esta realidade na formação inicial

universitária significa cercear as oportunidades de empregabilidade do egresso, do desenvolvimento da Educação Física e de bem atender interesses e necessidades da população e do sistema de saúde". (p. 569)

Como se pode constatar, na atualidade existem elementos concretos que permitiram a inserção e a reafirmação da importância da Educação Física na área da saúde, a exemplo da concepção ampliada de saúde adotada pelos órgãos reguladores da área em nível mundial e nacional, que passaram a considerar não só o aumento da expectativa de vida decorrente dos avanços científicos e tecnológicos que permitem curar e prevenir doenças, mas também o aprimoramento dos conceitos e das práticas favoráveis à qualidade de vida e ao bem-estar.

A iniciativa do CNS integrando a Educação Física nas categorias profissionais de nível superior que compõem as equipes de saúde, assim como a ação do Ministério da Saúde de criar os Núcleos e Apoio à Saúde da Família - NASF, e incluir o profissional de Educação Física nas equipes que podem atuar nesses programas reforçam os exemplos da presença efetiva da Educação Física na Saúde. (RESOLUÇÃO CNS nº 287/98 e PORTARIA MS nº 154/2008).

Esses fatos consolidam o reconhecimento das instâncias responsáveis pelas políticas de Estado para a saúde e regulação do trabalho dos profissionais de Saúde, da necessidade da Educação Física no trabalho interdisciplinar dessa área, de modo a contribuir com os seus conhecimentos específicos na realização de ações de promoção, prevenção e de recuperação da saúde e da incorporação de hábitos para aquisição de um estilo de vida ativo.

A realidade mostra que com a inserção do profissional de Educação Física na área da saúde surgem novas demandas de trabalho que exigem novos conhecimentos e requerem intervenção profissional diferente daquela tradicionalmente relacionadas ao magistério e à prática do professor de Educação Física.

Essas demandas são oriundas, prioritariamente, de grupos sociais cujas necessidades individuais e/ou coletivas estão diretamente relacionadas à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico e esportivo, do lazer, da gestão esportiva, entre outras. Competências que estão entre aquelas definidas para os egressos de cursos de bacharelado em Educação Física.

Os espaços de atendimento dessas necessidades também se ampliaram consideravelmente. A título de exemplo, destacam-se alguns locais onde os egressos de curso de bacharelado em Educação Física têm realizando intervenções profissionais no âmbito da saúde: Unidades Básicas de Saúde - UBS, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF; Programa Academia da Cidade - PAC; Hospitais Universitários; Academias; Clínicas/Estúdios - onde se desenvolvem programas de atividade/exercício físico complementares aos tratamentos médicos; Empresas - com ginástica laboral e programas de atividade física em geral; Laboratórios de Pesquisa; Hospitais, intervindo principalmente na Fase II da reabilitação cardíaca; Clínicas para programa de exercício físico supervisionado - com intervenção na Fase II da reabilitação cardíaca; além de atendimentos individualizados em residências.

Embora possam ser reconhecidos os avanços da Educação Física na área da saúde ainda é preciso objetivar o papel e as ações próprias desta área no contexto do trabalho desempenhado pelas demais profissões da saúde, incluindo todos os serviços de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde.

Para consolidar a presença dos egressos de cursos de bacharelado em Educação Física na área da saúde, assegurando que a sua participação, individual ou em equipes multidisciplinares, se efetive dentro dos novos parâmetros da profissionalização dessa área, entende-se necessário: a) Definir de forma objetiva as competências, habilidades e atitudes, além dos procedimentos de intervenção desses profissionais nos diferentes cenários de práticas da saúde; b) Realizar ações de promoção e prevenção pautadas na agenda da saúde e da educação públicas, tendo como elemento articulador a prática da atividade/exercício físico; c) Utilizar o conhecimento acumulado, as experiências positivas e as formulações teóricas com densidade científica, produzidas pelos estudiosos e pesquisadores da área e de áreas correlatas, como referências na definição dos conteúdos/meios/métodos a serem utilizados nas ações de saúde.

Nesse sentido, revela-se imprescindível que os responsáveis pelos projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado em Educação Física incluam nesses cursos conhecimentos sobre: a) Sistema Único de Saúde – SUS; b) Política Nacional de Promoção da Saúde; c) Políticas que regulamentam a intervenção do profissional de Educação Física junto ao SUS, na Atenção Básica de Saúde; d) Necessi-

dades e determinantes sociais de saúde. É importante, também que seja feita a articulação formação e serviço, permitindo ao futuro profissional vivenciar experiências nos locais de atendimento à população e se aproximar do cotidiano das demais profissões da saúde.

Certamente que para alcançar o domínio de conhecimentos específicos, próprios para a intervenção dos profissionais de Educação Física na área da saúde, a matriz do curso de bacharelado também deve assegurar a produção, desenvolvimento e gerenciamento de equipamentos e métodos relacionados à profissão, além da disseminação de pesquisas na área e em áreas correlatas

Para Nascimento *et al* (2012) “Os conhecimentos complementares sobre políticas de saúde, o perfil epidemiológico da população e a rede de atenção à saúde também são fundamentais na aquisição de habilidades técnicas, referentes ao acolhimento do usuário do sistema de saúde, comunicação horizontal entre equipes e a construção de parcerias intersetoriais”. (p. 549)

Outra dimensão importante a ser considerada nos cursos de bacharelado em Educação Física é aquela que trata dos meios, objetivos e métodos que fundamentam e dão suporte à realização das atividades/exercícios físicos no âmbito da saúde.

Neste ponto, tem-se a perspectiva da aptidão física cujo objetivo está voltado para o aprimoramento das capacidades físicas (resistência cardiorrespiratória, força muscular e flexibilidade), relacionadas ao bom funcionamento do organismo e que agem contra as doenças decorrentes do sedentarismo e da obesidade. (GUEDES 1994; NAHAS, 2001).

Também é possível identificar uma outra tendência da atividade física no âmbito da saúde a qual se efetiva a partir da compreensão de que os problemas de saúde da população são decorrentes ou influenciados pelas condições sociais, incluindo as questões ambientais. Nesse tipo de trabalho, as atividades físicas, muitas vezes identificadas como práticas corporais, são promovidas com o objetivo de favorecer mudanças sociais.

Evidentemente que neste documento não cabe discutir particularidades e aplicações das tendências anteriormente tratadas. Contudo, ao se analisar os diferentes objetivos das atividades físicas que são disponibilizados à população,

assim como as estratégias de adesão à prática regular de atividades físicas, é possível constatar a presença dos pressupostos das tendências anteriormente tratadas, indicando o caráter de complementariedade que elas possuem, assim como os aspectos positivos que podem agregar a qualquer programa da área.

Sendo assim, o mais importante no contexto da formação acadêmica é considerar o ensino como um momento especial de experiências e aprendizados os mais diversos, onde o domínio de conceitos, de concepções, de cálculos, de técnicas, de procedimentos e de atitudes que permitam saber fazer, como fazer e por que fazer, continuam determinantes para a excelência da intervenção profissional, qualquer que seja ela.

Com essa compreensão, e de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7/2004, o estágio profissional curricular, iniciado a partir da segunda metade do curso, assume importância como um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado. No bacharelado em Educação Física a carga horária do estágio, juntamente com as atividades complementares, não podem ultrapassar 20% da carga horária total do curso. (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 4/2009).

Em qualquer situação de formação superior, o estágio será sempre um elemento de grande significado na articulação teoria e prática e na formação para o trabalho, articulando e qualificando o exercício profissional. Entretanto, as formas de estágio e os campos de intervenção do futuro profissional devem guardar uma relação direta com o perfil do egresso, a matriz curricular, com a sua diplomação e a respectiva intervenção profissional.

Para isso, o estágio no curso de bacharelado em Educação Física deve ser desenvolvido no âmbito da atividade física, do exercício físico, do esporte, do lazer, e ser desenvolvido em espaços próprios, onde existam programas públicos e privados de prevenção, promoção e recuperação da saúde, programas públicos e privados de atividades físicas, esportivas e de lazer, assim como em clínicas, academias, clubes, escolas de esporte, entre outros. É de interesse social que o estágio possibilite ao estudante vivenciar situações similares ao exercício profissional futuro, valorizando as dimensões teórica, prática e investigativa, do campo profissional.

No caso da Educação Física, o curso de bacharelado deve possibilitar aos seus estudantes/estagiários a vivência de procedimentos diagnósticos, técnicas e instrumentos de medidas e avaliação funcional, motora, biomecânica, composição corporal, programação e aplicação de dinâmicas de cargas, técnicas de demonstração, auxílio e segurança à execução dos movimentos.

Para qualificar as atividades de estágio e garantir a segurança de todos os envolvidos (estagiários, supervisor e beneficiários) é recomendável que o número de estagiários definidos para cada supervisor, seja adequado à especificidade da sua intervenção profissional, à sua capacidade de orientação e de controle dessas atividades. Segundo a Lei Federal nº 11.788/2008, o supervisor da parte concedente somente pode orientar e supervisionar até 10 estagiários simultaneamente.

No que se refere ao funcionamento do curso de bacharelado, o grande avanço da área de saúde em geral e da Educação Física em particular, além do significativo número de cursos da área já existentes no país, exigem que esta formação seja realizada em condições de infraestrutura adequadas e de qualidade. Somente esta condição oportunizará ao futuro profissional conhecer e experimentar o que há de mais moderno para o desenvolvimento das competências e habilidades definidas nas DCNs e fundamentais para a sua formação profissional.

De acordo com esta premissa, além das dependências e materiais pedagógicos de caráter geral, comuns a qualquer instituição acadêmica, a exemplo biblioteca com acervo completo na área, sala de informática, é imprescindível que a IES disponibilize para o desenvolvimento do curso de bacharelado Laboratórios de Ensino, entendidos como espaços físicos específicos e multidisciplinares, e respectivos equipamentos/materiais, utilizados para a aprendizagem das diferentes dimensões das ciências da vida, a saber: 1) laboratório de anatomia, 2) laboratório de fisiologia humana, 3) laboratório de bioquímica, 4) laboratório de biologia. Tem-se, ainda, os Laboratórios Didáticos Especializados que são os espaços e equipamentos/materiais utilizados para o desenvolvimento das atividades técnicas, didáticas e pedagógicas do curso, a saber: 1) laboratório de avaliação física, 2) laboratório de fisiologia do exercício, 3) laboratório de biomecânica/cinesiologia.



Outros espaços igualmente importantes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do curso de bacharelado em Educação Física são: campo de futebol, ginásios de ginástica, sala de lutas, ginásio poliesportivo, piscina, pista de atletismo, sala multiuso, academia com sala de ginástica/musculação.

## **Intervenção Profissional do Bacharel em Educação Física**

Inicialmente, pode-se afirmar que a Educação Física na Saúde caracteriza um campo de saberes e de práticas em permanente processo de consolidação, reconstrução e requalificação. Sendo assim, há necessidade de, cada vez mais, objetivar as temáticas centrais da Educação Física nessa área, as maneiras de abordá-las e de quem abordá-las. Igualmente, é fundamental aprimorar permanentemente a formação superior em Educação Física para qualificar a intervenção profissional e a produção do conhecimento na área da saúde, além de promover articulação técnica e política para ratificar e ampliar o mercado de trabalho da Educação Física na Saúde.

Considerando o amplo espectro da intervenção do Profissional de Educação Física na área de saúde, bem como as exigências para que essa intervenção seja pautada na qualidade, é imprescindível que o egresso do curso de bacharelado em Educação Física se aproprie dos métodos, meios e procedimentos técnicos, conheça e aplique normas, atitudes e condutas éticas necessárias para intervir nos níveis primário, secundário e terciário da saúde, de forma autônoma ou integrando equipes multidisciplinares, nas especificidades da sua área de atuação.

Do ponto de vista da intervenção do bacharel em Educação Física, argumenta-se que os saberes e práticas da atividade física, do exercício físico, do esporte, da dança e das lutas, estão em função de responder as demandas advindas dos grandes eixos articuladores dessa formação que são: educação, saúde, esporte e lazer.

Assim, mesmo que este documento corra o risco da repetição e do detalhamento em demasia, registra-se que o egresso do curso de bacharelado em Educação Física deve apresentar, dentre outros conhecimentos, aqueles necessários para: a) Aferir e interpretar os resultados de pressão arterial e frequência cardíaca;

b) Coletar dados e interpretar informações relacionadas com prontidão para a atividade física, fatores de risco, qualidade de vida e nível de atividade física, aplicar escalas de percepção subjetiva de esforço; c) Prescrever atividades físicas com intensidade baseada na percepção subjetiva de esforço, na frequência cardíaca obtida a partir de teste ergométrico ou ergoespirométrico (limiares ventilatórios) ou, ainda, em limiares metabólicos, entre outros testes.

Nesta mesma linha, espera-se que esse profissional também seja capaz de: d) Prescrever exercícios; e) manusear equipamentos utilizados em programas de atividade física; f) aplicar e interpretar testes de laboratório e de campo utilizados em avaliação física; g) realizar e interpretar avaliação de medidas antropométricas e trabalhar em equipes multiprofissionais; h) apresentar domínio de conhecimento sobre protocolos de testes, fisiologia do exercício e respostas hemodinâmicas e respiratórias ao exercício físico entre outros conhecimentos relacionados.

Esses conhecimentos, mesmo não sendo os únicos, são indispensáveis no contexto técnico-científico da área, haja vista as reais necessidades de utilização desses conhecimentos em vários campos da intervenção profissional do bacharel em Educação Física, a exemplo do treinamento esportivo, da preparação física, da avaliação física, da orientação de atividades físicas individuais e coletivas, da gestão do esporte, e do lazer.

Na especificidade do esporte, a intervenção do bacharel em Educação Física se efetiva no âmbito da iniciação, desenvolvimento e aperfeiçoamento esportivo, além do treinamento dos aspectos físicos, técnicos e táticos das diferentes modalidades esportivas. Neste contexto, cabe ao profissional orientar a prática esportiva, além de promover, apoiar, estruturar e desenvolver o esporte em suas diferentes dimensões, em abrangência local, regional, nacional ou internacional, na condição de técnico, treinador, preparador físico, dirigente e, ainda, organizador de eventos esportivos.

O bacharel em Educação Física também atua em iniciativas informais e assistêmicas do esporte que objetivem a vivência e a fruição das diferentes modalidades esportivas. Sendo assim, o seu exercício profissional pode focar o resultado esportivo e o desempenho atlético, a prevenção de doenças por meio do estímulo e melhoria dos sistemas orgânicos e das estruturas corporais, além do lazer, oferecendo benefícios à saúde em geral, incluindo aspectos psíquicos e sociais.

Em uma perspectiva mais ampla, a atuação do bacharel de Educação Física no âmbito esportivo contempla toda e qualquer manifestação cuja finalidade seja a de con-

tribuir para o desenvolvimento do próprio esporte ou dos seus praticantes, independentemente de condicionantes de qualquer natureza. Essa intervenção se realiza em diversos ambientes sociais, empresariais e do setor produtivo e o que vai determinar o alcance dos objetivos da aplicação do esporte no desempenho esportivo, na saúde e no lazer, dentre outros aspectos mais abrangentes, são os conteúdos, a intensidade e o volume das cargas utilizadas, além do nível de esforço empreendido na ação.

Em relação à gestão do esporte, pode-se afirmar que, embora assumindo nomes e concepções diferentes, essa área de conhecimento sempre fez parte dos currículos dos cursos de Educação Física. Entretanto, para caracterizar a intervenção do bacharel em Educação Física nessa área, é importante entender o significado do termo “gestão do esporte” utilizada neste documento. Para isso, e sem desconsiderar outros entendimentos existentes, recorre-se a Bateman e Snell (1996), autores que definem a gestão do esporte como sendo o processo de trabalhar com pessoas e recursos materiais para realizar os objetivos de organizações esportivas, de maneira eficaz.

Pode-se afirmar que as organizações públicas ou privadas, de prática ou de gestão esportiva, além daquelas destinadas à prática/gestão de atividades/exercícios físicos e do lazer, se configuram como campos de intervenção do bacharel em Educação Física na área da gestão esportiva.

O lazer também se constitui em um campo de intervenção do profissional de Educação Física e a sua prática se insere no contexto maior da cultura, da qualidade de vida, do entretenimento, do associativismo, entre outros aspectos. Assim, no que pese as variações de concepções, a multiplicidade das definições e classificações existentes sobre o tema, o lazer nas suas várias dimensões e manifestações está integrado à Educação Física, sendo considerável o número de profissionais dessa área que desenvolvem atividades de lazer vinculadas e/ou promovidas por setores públicos e privados.

Nesse sentido, a prática de atividades/exercícios físicos, do esporte, da dança e das lutas em geral, realizadas de forma voluntária e sob a perspectiva lúdica, objetivando promover, aperfeiçoar e restabelecer as perspectivas de lazer ativo e bem-estar psicossocial, as relações socioculturais da população e o meio ambiente, definem e caracterizam o exercício profissional do bacharel de Educação Física na área do lazer.

Em síntese, as características gerais da formação e da intervenção do bacharel em Educação Física estão indicadas no Quadro 8, apresentado a seguir.

| <b>Quadro 8 - Bacharel em Educação Física</b> |  |
|---|--|
| <b>Base Legal da Formação</b>                 | <b>Resolução CNE/CES nº 7/2004 conjugada com a Resolução CNE/CES nº 4/2009 e com as normas complementares do exercício profissional.</b>   |
| <b>Identificação</b>                          | <b>Profissional de Educação Física.</b>  |
| <b>Duração do Curso Superior</b>              | <b>4 anos (mínimo) e 3.200h.</b>   |
| <b>Campos de Intervenção Profissional</b>     | <b>Academias, clubes, estúdios, clínicas, hospitais, condomínios, Instituições de Ensino Superior. Programas públicos e privados de saúde, de atividade física, de exercício físico, de esportes, incluindo dança e lutas, de lazer e de gestão esportiva.</b> |
| <b>Foco da Profissão</b>                      | <b>Prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde. Atividades físicas, exercícios físicos, esporte nas suas diferentes modalidades e níveis. Lazer. Pesquisa na área e em áreas correlatas.</b>  |
| <b>Categoria/distribuição de emprego</b>      | <b>Público e privado em todo o Brasil.</b>   |
| <b>Registro no Sistema CONFEF/CREFs</b>       | <b>Bacharel em Educação Física.</b>  |

## **Dimensões do Conhecimento do Curso de Bacharelado em Educação Física**

O curso de Bacharelado em Educação Física objetiva garantir aos seus egressos conhecimentos, competências técnica, habilidades e atitudes para intervir profissionalmente na saúde, no âmbito da prevenção, promoção, desenvolvimento, proteção e recuperação; em todas as dimensões do esporte, da atividade física e do exercício físico, do lazer e da gestão de empreendimentos relacionados à área. Por força de legislação específica, o bacharel não pode ministrar a disciplina educação física ofertada no currículo da Educação Básica.

A dimensão profissionalizante do curso de bacharelado em Educação Física também deve oportunizar aos seus egressos sistematizar os saberes específicos e identificar e articular os conhecimentos e conteúdos dessa área, sem prescindir dos conhecimentos complementares e específicos das áreas correlatas, e em utilizar os meios e os procedimentos próprios do exercício profissional, reconhe-

cendo os limites das suas intervenções frente à licenciatura em Educação Física e às intervenções de outras profissões regulamentadas.

Entretanto, para consolidar a natureza profissionalizante do bacharel em Educação Física, não parece ser suficiente a elaboração de orientações e normas gerais para o seu exercício profissional. Antes, é preciso que se estabeleça convergência e sistematização dos saberes tradicionais e dos resultados de pesquisas que tenham aplicação prática e auxiliem na resolução das demandas da sociedade, que promovam a qualidade do exercício profissional e o avanço científico da área.

Para isso, o projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Educação Física deve ser construído de modo a garantir uma formação alicerçada nos conhecimentos técnico-científicos-culturais da área: atividade física, exercício físico, esporte, dança, lazer, gestão esportiva, entre outros, alicerçados nos conhecimentos, técnicas e procedimentos inerentes à intervenção na saúde (nos níveis primário, secundário e terciário).

A matriz do curso de bacharelado em Educação Física também deve inserir conhecimentos que permitam o desenvolvimento de competências para atuar na produção, desenvolvimento e gerenciamento de equipamentos e métodos relacionados à profissão, na pesquisa, na produção científica, bem como na disseminação de estudos e conhecimentos relacionados à área específica, reafirmando a importância da articulação entre ensino e pesquisa, teoria e prática.

Na composição da matriz curricular do curso de Bacharelado em Educação Física, cada disciplina deve ter a sua razão de existir, ou seja: precisa demonstrar claramente a sua necessidade na formação acadêmica e no exercício da futura profissão. Nada pode ser supérfluo ou inserido apenas para completar o total de horas legalmente exigidas para integralização do curso.

Sendo assim, a seleção dos conteúdos, a organização e definição dos tempos e dos espaços curriculares devem estar atrelados à intervenção profissional e constituir as dimensões do conhecimento, as áreas de conhecimento e os conhecimentos para a intervenção profissional.

O Quadro 9, apresentado a seguir, relaciona conhecimentos considerados necessários para a intervenção profissional do bacharel em Educação Física. A elaboração deste quadro foi calcada nos conhecimentos técnico-científicos, didático-pedagógicos e ético-profissionais da área, além de ter incorporado inovações

e avanços científicos da área reunidos sob a forma de conhecimentos de caráter mais específico, relativos à própria intervenção dos bacharéis em Educação Física.

Na atualidade já é possível constatar o surgimento de um conjunto de “disciplinas” que se repete nos projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado e que, efetivamente, começa a se consolidar academicamente e a ganhar reconhecimento como saberes próprios do futuro bacharel em Educação Física.

Contudo, é possível haver similaridade nas denominações utilizadas para descrever os conhecimentos necessários à Licenciatura em Educação Física (Quadro 7) e ao Bacharelado em Educação Física (Quadro 9). Este fato é perfeitamente aceitável haja vista a existência de conhecimentos comuns às duas formações.

Por essa razão, é imprescindível que para cada um desses cursos seja observada nos quadros em referência, a descrição específica de cada componente formativo relacionado nos itens: Dimensões do Conhecimento, Áreas de Conhecimento e Conhecimentos para a Intervenção Profissional.

### **QUADRO 9 - Estruturação de conhecimentos necessários para a intervenção profissional do bacharel em Educação Física**

| Dimensões do Conhecimento   | Áreas de Conhecimento  | Conhecimentos para Intervenção Profissional  |  |
|---|--|--|--|
| <b>Ser Humano e Sociedade</b><br>Formação e desenvolvimento da sociedade; valores socioculturais. | <b>Sociológica</b><br>Estudo da sociedade e suas relações com a educação física e o esporte.           | <b>Sociologia do Esporte</b><br>Papel do esporte no processo de desenvolvimento histórico-cultural da sociedade moderna; contribuições das teorias sociológicas clássicas para análise do esporte; socialização por meio do esporte.                                   |  |
|   |  | <b>Sociologia do Lazer</b><br>História do lazer; tempo livre e lazer sob a ótica sociológica; lazer como necessidade biopsicossocial de crianças, adolescentes, adultos e idosos.  |  |
|   | <b>Antropológica</b><br>Estudo da diversidade cultural, costumes, crenças, hábitos e aspectos físicos. | <b>Antropologia da Educação Física e dos Esportes</b><br>Bases antropológicas da Educação Física e dos esportes; antropologia do movimento humano; o fenômeno esportivo; relações entre educação física, esporte, saúde e cultura.                                     |  |
|   |  | <b>Bases Históricas e Filosóficas da Educação Física e dos Esportes</b><br>Introdução à filosofia; práticas culturais do movimento humano em diferentes períodos históricos; Educação Física e esporte: concepções, características e influências histórico-culturais. |  |
|   |  | <b>Histórico-Filosófica</b><br>Estudo das relações entre filosofia, educação física e esportes; ética profissional; bioética.  | <b>Ética Profissional</b><br>Ética e moral social; ética profissional, deveres, direitos e responsabilidades sociais; código de ética da profissão; fundamentos da ética na pesquisa científica: bioética. |
|   |  |  |  |

|   |  |   |
|---|--|---|
| <p><b>Biológica do Corpo Humano</b></p> <p>Respostas biológicas do ser humano aos movimentos voluntários.</p>   | <p><b>Bioquímica</b><br/>Estudo do metabolismo celular e exercício físico.</p>   | <p><b>Bioquímica do Exercício</b><br/>Bioquímica da contração muscular; bioenergética; aspectos bioquímicos da ação hormonal e integração metabólica; metabolismo celular e suas adaptações ao exercício físico.</p>  |
|   | <p><b>Biológica</b><br/>Estudo dos aspectos e leis biológicas inerentes aos seres humanos.</p>   | <p><b>Genética</b><br/>Aspectos gerais da genética humana; leis de Mendel; estrutura e propriedades dos ácidos nucleicos; material genético e hereditariedade; código genético; mutação gênica; o genoma humano: relações com a atividade física, o exercício físico e o esporte.</p>   |
|   |  | <p><b>Imunologia</b><br/>Conceitos básicos, estruturas e organização; atividade imunológica; atividade física, exercício físico e imunologia; mecanismos de ação imunológica.</p>   |
|   |  | <p><b>Biologia</b><br/>Conceito e divisão da biologia; caracterização dos seres vivos; teorias sobre a origem da vida; métodos de estudo da célula e microscopia; mecanismos estruturais e moleculares do funcionamento celular e da herança biológica; mitose e meiose; diferenciação celular.</p>   |
|   |  | <p><b>Crescimento e Desenvolvimento</b><br/>Conceitos básicos; fatores que influenciam o crescimento e o desenvolvimento; avaliação e análise do crescimento e desenvolvimento humano nas diferentes fases de maturação do indivíduo.</p>   |
|   | <p><b>Fisiológica</b><br/>Estudo da fisiologia dos sistemas nervoso, muscular, cardiovascular, respiratório, digestivo, renal, endócrino e reprodutor.</p> | <p><b>Fisiologia Geral</b><br/>Fisiologia dos sistemas: nervoso, muscular, cardiovascular, respiratório, digestivo, renal, endócrino e reprodutor.</p>  |
|   |  | <p><b>Fisiopatologia do exercício</b><br/>Fisiopatologia das doenças crônicas e relação com o exercício físico</p>  |
|   |  | <p><b>Cinesiologia</b><br/>Estruturas e mecânica do aparelho locomotor; estática das articulações e da dinâmica muscular; movimento e ação do corpo humano; aplicação das leis físicas e bases estruturais do movimento.</p>  |
|   |  | <p><b>Biomecânica</b><br/>Conceitos, princípios e componentes da biomecânica; princípios básicos da mecânica aplicados ao movimento humano; fundamentos do movimento humano; ângulo de inserção muscular; relações força-tempo, comprimento-tensão, força-velocidade; biomecânica da locomoção.</p>   |
|   |  | <p><b>Fisiologia do Exercício</b><br/>Sistemas energéticos; mensuração do gasto energético e das capacidades de produção de energia; limiar anaeróbio e limiares ventilatórios; fadiga e recuperação pós-exercício e no treinamento; comportamento dos sistemas endócrino, metabólico, neuromuscular, cardiovascular e respiratório submetidos ao esforço físico.</p> |
| <p><b>Neurofisiologia do Exercício</b><br/>Processos fisiológicos do sistema nervoso; controle do movimento humano; condução do impulso nervoso; potencial de repouso e de ação; junção neuromuscular; mecanismos da contração muscular; reflexos de postura.</p> |  |   |

|   |  |  |
|---|--|--|
| <p><b>Biológica do Corpo Humano</b><br/>Respostas biológicas do ser humano aos movimentos voluntários.</p>  | <p><b>Morfológica</b><br/>Estudo anatômico dos sistemas corporais.</p>   | <p><b>Anatomia do Movimento Humano</b><br/>Planos e eixos do corpo humano; aspectos morfológicos dos sistemas orgânicos: tegumentar, esquelético, articular, muscular, digestivo, circulatório, respiratório; urinário, reprodutor, endócrino e nervoso. Anatomia funcional do aparelho locomotor e suas aplicações nas ações esportivas e no exercício físico; anatomia funcional da coluna vertebral, cintura escapular, membros superiores, cintura pélvica e membros inferiores; aspectos morfológicos da marcha.</p>  |
| <p><b>Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico</b><br/>Educação Física como área científica, de pesquisa e de formação profissional.</p> | <p><b>Teoria e Metodologia Científica</b><br/>Estudo dos tipos de conhecimento; atitude científica; pesquisa em atividade física, esporte e saúde.</p> | <p><b>Biomecânica dos Esportes</b><br/>Conceitos para análise de atividades físicas e dos movimentos esportivos; análise e melhoria da técnica esportiva, prevenção de lesões, análise de equipamentos esportivos e vestuários; técnicas de medição.</p>   |
| <p><b>Didático-Pedagógica</b><br/>Concepções metodológicas do processo de aprendizagem.</p>   | <p><b>Psicopedagógica</b><br/>Estudo dos fatores psicológicos que interferem na prática da atividade/exercício físico e do rendimento esportivo.</p>   | <p><b>Metodologia da Pesquisa em Atividade Física, Esporte e Saúde</b><br/>Bases metodológicas do trabalho científico; problema, objetivo e hipótese; tipos de pesquisa; universo e amostra; instrumentos e procedimentos de pesquisa; validade e fidedignidade; coleta e análise de dados; redação técnico-científica; elaboração de projeto de pesquisa em atividade física, exercício físico, esporte e saúde; exigências éticas; elaboração de trabalhos científicos.</p> <p><b>Trabalho de Conclusão de Curso</b><br/>Elaboração e apresentação de monografia, elaborada de acordo com métodos e técnicas científicas.</p> <p><b>Introdução ao Estudo Acadêmico</b><br/>Ciência e suas implicações na formação universitária; linguagem e ciência; leitura e sintetização de textos; cultura digital: novas práticas de leitura, de escrita e de construção do conhecimento; uso de biblioteca e acesso à informação; organização de trabalhos acadêmicos.</p> <p><b>Estatística</b><br/>Medidas estatísticas, dados relativos e noções de probabilidade; população e amostra; distribuição de frequência, medidas de posição e de dispersão; correlação binomial, curva normal, “t” de student e qui-quadrado; teste de hipóteses; construção de faixas de referência; noções básicas sobre inferência estatística.</p> <p><b>Psicologia do Desenvolvimento</b><br/>Desenvolvimento humano: pré-natal, infância, adolescência, fase adulta e velhice; desenvolvimento cognitivo, social e da personalidade; socialização e suas implicações nas áreas cognitiva e psicossocial.</p> <p><b>Psicologia do Esporte</b><br/>Fundamentos da psicologia aplicada ao esporte; a psicologia do esporte no Brasil; competição e cooperação; liderança e comunicação; atividade física e bem-estar psicológico; pesquisas e estudos sobre psicologia do esporte; relação ansiedade e desempenho.</p> |



|  |   |   |
|--|---|---|
| <p><b>Didático-Pedagógica</b><br/>Concepções metodológicas do processo de aprendizagem.</p>                              | <p><b>Técnico-Pedagógica</b><br/>Estudo do conhecimento relacionado ao esporte.</p>   | <p><b>Pedagogia do Esporte</b><br/>Procedimentos técnico-pedagógicos do processo de iniciação e do treinamento em esporte; discussão das novas tendências de iniciação e desenvolvimento do esporte frente às possibilidades tecnológicas de análise e avaliação do esporte.</p>  |
| <p><b>Técnico-instrumental</b><br/>Conhecimentos técnicos e procedimentos específicos da área e de áreas correlatas.</p> | <p><b>Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde</b><br/>Estudo da relação entre atividade física, exercício físico e saúde; processo saúde-doença.</p> | <p><b>Estágios Supervisionados</b><br/>Aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso e orientados para a prática da atividade física, do exercício físico, do esporte e do lazer na perspectiva da promoção da saúde, da prática esportiva nas suas diferentes modalidades e níveis, da aquisição, desenvolvimento e recuperação do condicionamento físico.</p> <p><b>Atividades em Academias</b><br/>Características e métodos da ginástica em academia; recomendações e limitações de acessórios utilizados em uma sala de ginástica; exercícios e métodos de flexibilidade, alongamento e relaxamento; planejamento e organização de aulas em academia; propostas de trabalhos para grupos heterogêneos; questões éticas e estratégicas na promoção da saúde; conduta dos professores de academia; planejamento e promoção de eventos.</p> <p><b>Saúde e Atividade Física</b><br/>Concepções de saúde: conceito, contextualização e determinantes; o estilo de vida e sua influência na saúde da população; consequências do sedentarismo para a saúde; obesidade na sociedade moderna. Políticas de educação para a saúde; a educação física na promoção da saúde e prevenção de doenças.</p> <p><b>Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros</b><br/>Acidentes frequentes na prática esportiva e nos exercícios físicos; prevenção e primeiros socorros; procedimentos primários em situações de emergência; manobras e técnicas de socorro.</p> <p><b>Cineantropometria/Medidas e Avaliação</b><br/>Histórico e conceitos básicos; componentes essenciais do perfil de prontidão para a atividade física; testes diretos e indiretos; protocolos para avaliação da aptidão física e indicadores de saúde.</p> <p><b>Envelhecimento e Exercício Físico</b><br/>Processo de envelhecimento e relação com o exercício físico; características físicas e emocionais do idoso; avaliação, prescrição e controle de atividades físicas para manutenção e desenvolvimento e preservação da autonomia motora; relações pessoais e socialização.</p> <p><b>Exercício Físico para Grupos Especiais</b><br/>Benefícios e riscos do exercício físico; avaliação e prescrição de exercícios físicos como fator de prevenção e como coadjuvante terapêutico para gestantes, cardiopatas, obesos, diabéticos, asmáticos, hipertensos.</p> <p><b>Exercício Físico e Saúde Coletiva</b><br/>Conceitos básicos, extensões e funções da saúde pública; sistema de saúde brasileiro; atenção básica de saúde na comunidade, contribuições da educação física.</p> |

|   |  |   |
|---|--|---|
| <p><b>Técnico-instrumental</b><br/>Conhecimentos técnicos e procedimentos específicos da área e de áreas correlatas.</p>                            | <p><b>Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde</b><br/>Estudo da relação entre atividade física, exercício físico e saúde; processo saúde-doença. .</p>  | <p><b>Ginástica Laboral</b><br/>Ergonomia: conceitos e aplicações; relações entre homem e máquina; história e evolução da ginástica laboral no Brasil; metodologia e técnicas de um programa de atividade física na empresa; princípios fisiológicos, biomecânicos e anatômicos relacionados às atividades laborais.</p>  |
|   |  | <p><b>Prescrição e Orientação de Exercício Personalizado</b><br/>Programas de exercício e condicionamento físico, validados cientificamente e baseados em evidências clínicas; protocolos de testes; carga de treino e sua dinâmica; prescrição, orientação, acompanhamento e controle de atividades físicas, indivíduos saudáveis e grupos especiais; planilhas de controle; prescrição do treinamento para indivíduos saudáveis e grupos especiais.</p> |
|   |  | <p><b>Treinamento Resistido</b><br/>Histórico do treinamento com sobrecarga (musculação); instalações e equipamentos; princípios básicos do treinamento de força; adaptações do organismo; prescrição de exercícios; elaboração, acompanhamento e avaliação de diferentes programas de treinamento; treinamento de força para populações especiais.</p>   |
|   |  | <p><b>Epidemiologia, Atividade Física e Saúde</b><br/>Histórico, princípios e fundamentos da epidemiologia; incidência e prevalência; processos de transição demográfica, nutricional e epidemiológica; doenças crônico-degenerativas e fatores de risco; estudos em epidemiologia aplicados à atividade física; mensuração das doenças; métodos de análises em epidemiologia.</p>  |
|   | <p><b>Formação Inclusiva</b><br/>Estudo da inclusão como fenômeno social. Processos e meios para inserção das pessoas com deficiência na prática de atividades físicas e esportes.</p>   | <p><b>Atividades Físicas e Esportes Adaptados</b><br/>Conceitos e objetivos; Políticas públicas de inclusão; tipos de deficiências e suas principais características; atuação do profissional de Educação Física: atitudes e competências. Processos metodológicos específicos. Organização e características do esporte paralímpico. Modalidades paralímpicas.</p>   |
| <p><b>Política e Gestão</b><br/>Estudo das políticas públicas em atividade física, esporte e saúde. Gestão no esporte e nas atividades físicas.</p> | <p><b>Gestão no Esporte</b><br/>Conceitos, tendências e instrumentos teóricos da gestão esportiva; políticas esportivas, legislação e Sistema Esportivo Brasileiro; o esporte e suas relações com a comunicação empresarial; dinâmica das relações interpessoais; planejamento estratégico e plano de negócios para esporte e em academia.</p>                           |   |
|   | <p><b>Políticas Públicas em Atividades Físicas, Esporte e Saúde</b><br/>Saúde pública no Brasil; Sistema Único de Saúde (SUS) e Atenção Básica à Saúde; processos de produção, implementação e avaliação de políticas públicas de atividades físicas, esporte e saúde. Avaliação e monitoramento de programas de promoção da saúde por meio de indicadores de saúde.</p> |   |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  | <p><b>Formação Gímnica e Educação Motora</b><br/>Estudo dos meios e métodos ginásticos e sua associação com a educação do ato motor.</p> | <p><b>Comportamento Motor</b><br/>Bases teóricas e conceitos relacionados ao comportamento motor; mudanças físicas e motoras no ciclo da vida; idades biológica e cronológica; padrões de desenvolvimento das habilidades motoras; características e fases da aprendizagem motora; esquema motor; aquisição e controle de habilidades motoras; mecanismos de controle dos movimentos; desenvolvimento e estrutura funcional do sistema nervoso; recursos para avaliação desenvolvimento, aprendizagem e controle motor.</p> |
|  |  | <p><b>Ginástica</b><br/>Evolução histórica da ginástica; planejamento didático-pedagógico; sequência pedagógica de execução das tarefas; correção dos exercícios; métodos de ginástica localizada; ginástica para grupos diferenciados: indicações e contraindicações</p>   |
| <p><b>Técnico-instrumental</b><br/>Conhecimentos técnicos e procedimentos específicos da área e de áreas correlatas.</p> | <p><b>Esportiva</b><br/>Estudo do esporte; modelidades esportivas; formas de desenvolvimento e de aplicação do esporte.</p>              | <p><b>Atletismo</b><br/>Histórico, evolução e classificação das provas atléticas; meios e métodos de desenvolvimento e treinamento das provas de corridas, saltos, arremessos, lançamentos, marcha atlética; provas combinadas; especificações técnicas das instalações e implementos utilizados; arbitragem, cronometragem e organização de competições.</p>   |
|  |  | <p><b>Ginástica Artística</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo de iniciação da modalidade; habilidades motoras exigidas na modalidade; iniciação, aparelhos utilizados e regras básicas.</p>   |
|  |  | <p><b>Ginástica Rítmica</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo de iniciação da modalidade; habilidades motoras exigidas na modalidade; iniciação, aparelhos utilizados e regras básicas.</p>   |
|  |  | <p><b>Fundamentos e Métodos das Lutas</b><br/>Fundamentos históricos e o processo de esportivização das lutas. Organização e características dos diferentes estilos de lutas; aspectos técnicos e pedagógicos da preparação e do treinamento das lutas. Regras oficiais.</p>  |
|  |  | <p><b>Natação</b><br/>Origem e evolução histórica; desenvolvimento, aperfeiçoamento estilos: crawl, costas, peito e borboleta; princípios técnicos e regulamentos; planejamento e estruturação de aulas e competições de natação.</p>   |
|  |  | <p><b>Hidroginástica</b><br/>Contexto histórico; indicações e contraindicações da hidroginástica; utilizadas; estruturação de sessões de hidroginástica para populações com diferentes níveis de habilidades e necessidades.</p>  |
|  |  | <p><b>Basquetebol</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos relacionados aos fundamentos do jogo; iniciação, implementos utilizados e regras básicas.</p>  |

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p><b>Técnico-instrumental</b><br/>Conhecimentos técnicos e procedimentos específicos da área e de áreas correlatas.</p> | <p><b>Esportiva</b><br/>Estudo do esporte; modalidades esportivas; formas de desenvolvimento e de aplicação do esporte.</p> | <p><b>Futebol e Futsal</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo de iniciação das modalidades; habilidades motoras exigidas na modalidade; iniciação, implementos utilizados e regras básicas.</p>   |
|  |   | <p><b>Handebol</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos relacionados com os fundamentos do jogo; iniciação, implementos utilizados e regras básicas.</p>   |
|  |   | <p><b>Voleibol</b><br/>Fundamentos históricos; princípios didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem; habilidades motoras exigidas na modalidade; jogos pré-desportivos relacionados com os fundamentos do jogo; iniciação, implementos utilizados e regras básicas.</p>   |
|  |   | <p><b>Teoria e Metodologia do Treinamento Esportivo</b><br/>Evolução histórica; princípios do treinamento esportivo; tendências atuais da preparação do atleta; capacidades físicas e desempenho esportivo; fatores influenciadores do desempenho esportivo. Métodos empregados no treinamento das capacidades físicas; planejamento e periodização dos ciclos de treino, determinação, prescrição e avaliação de cargas de treino.</p>  |
|  |   | <p><b>Esportes de Alto Rendimento - Modalidades Individuais</b><br/>Fundamentos técnicos táticos dos esportes individuais; o calendário esportivo como determinante do processo de competições; princípios e procedimentos da preparação esportiva aplicada aos esportes individuais; conteúdos, meios e métodos da preparação do esportista; especificidade das modalidades; avaliação das atividades desenvolvidas e controle dos resultados.</p>  |
|  |   | <p><b>Esportes de Alto Rendimento - Modalidades Coletivas</b><br/>Fundamentos técnicos táticos dos esportes coletivos; o calendário esportivo como determinante do processo de competições; princípios e procedimentos da preparação esportiva aplicados aos esportes coletivos; estrutura de uma equipe de alto rendimento; funções dos integrantes da comissão técnica; conteúdos, meios e métodos da preparação do esportista; especificidade das modalidades; avaliação das atividades desenvolvidas e controle dos resultados</p> |
|  |   | <p><b>Esporte de Aventura e Meio Ambiente</b><br/>Conceitos básicos de ecologia; esporte de aventura e impacto ambiental; esportes de aventura: características e modalidades; segurança dos participantes e equipamentos; ecoturismo e meio ambiente; potenciais turísticos de uma região; implantação e gestão de empreendimentos.</p>   |
|  |   | <p><b>Deteção, Seleção e Promoção de Talento</b><br/>Conceituação do talento no âmbito esportivo; métodos de identificação do talento esportivo; critérios e modelos de seleção; encaminhamento e estratégias de promoção do talento esportivo; o processo de formação esportiva em curto, longo e médio prazo; papel da competição no desenvolvimento esportivo.</p>  |

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p><b>Técnico-instrumental</b><br/>Conhecimentos técnicos e procedimentos específicos da área e de áreas correlatas.</p>   | <p><b>Esportiva</b><br/>Estudo do esporte; modelidades esportivas; formas de desenvolvimento e de aplicação do esporte.</p>       | <p><b>Marketing Esportivo</b><br/>Conceitos básicos e funções de marketing; fundamentos do marketing esportivo; estratégias de fidelização; gerenciamento da satisfação dos clientes, plano de marketing esportivo, modelos de patrocínio, projetos para captação de recursos, configuração de matrizes de geração de receitas, comercialização de projetos.</p>   |
| <p><b>Cultural do Movimento Humano</b><br/>O movimento humano e os seus significados culturais.</p>  | <p><b>Cultura e Movimento</b><br/>Teoria e metodologia do lazer e da dança.</p>   | <p><b>Dança</b><br/>Origem e evolução da dança; aspectos metodológicos e didático-pedagógicos do ensino da dança; dança como expressão cultural; fundamentos técnicos e culturais da dança folclórica, clássica e moderna. Dança de salão; Dança esportiva: estilos, técnicas e competições.</p>   |
|  |   | <p><b>Lazer</b><br/>Conceitos de lazer e tempo livre. Políticas públicas para o lazer; planejamento, e identificação de atividades de lazer para diferentes populações; lazer nos espaços públicos e privados; possibilidades e limites da atividade física e do esporte na perspectiva do lazer ativo. Lazer na prevenção e promoção da saúde; lazer e qualidade de vida; noções de preservação ambiental e ecologia; área de trekking, acampamento, rapel, escalada.</p> |
| <p><b>Aprofundamento de Conhecimento</b><br/>Conhecimentos que possibilitam ampliar a formação.</p>  | <p><b>Tópicos Especiais</b><br/>Temas de estudo variados e identificados segundo interesses, aptidões, e demandas específicas</p> | <p><b>Empreendedorismo e Inovação</b><br/>Empreendedorismo como resposta ao novo conceito de empregabilidade; desenvolvimento de atitudes, capacidades e habilidades empreendedoras; importância da inovação tecnológica como diferencial competitivo; abertura e gerenciamento de novos negócios.</p>   |
|  |   | <p><b>Tecnologia da Informação e Comunicação</b><br/>Conceitos: ambiente virtual: comunidade virtual/internet; evolução das tecnologias da informação e comunicação; criação, edição e formatação; ferramentas para pesquisa, seleção e organização das informações.</p>   |
|  |   | <p><b>Tópicos Especiais em Exercício Físico e Saúde</b><br/>Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças; interrelação atividade física/aptidão física/ saúde; nutrição e desempenho físico; necessidades energéticas dos indivíduos fisicamente ativos e atletas.</p>   |
| <p><b>Tópicos Especiais em Esportes</b><br/>Jogos Olímpicos; educação olímpica; planejamento, organização, execução e avaliação de projetos e programas esportivos; suplementos nutricionais e desempenho físico/esportivo. Esportes: Tênis, <i>Triathlon</i>, entre outros.</p> |   |  |

## Bibliografia

ARANGUIZA, H. La Formación del professor de Educación Física en la actualidad: visión de la Universidad de Concepción/Chile.

ANDRADE, M.; R. [et al.] (orgs.) Formação em Saúde – Experiências e pesquisas nos cenários de prática, orientação teórica e pedagógica. Blumenal: Edifurb, 2011.

AGHILARDI R. Formação profissional em Educação Física: a relação Teoria e prática. Revista MOTRIZ. Volume 4, Nº1. 1998.

AZEVEDO, L. OLIVEIRA, A. LIMA, J.R. MIRANDA, M. SILVA, F. (org.) Recomendações sobre Condutas e Procedimentos do Profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde. Rio de Janeiro. CONFEE, 2010.

BATEMAN, T.S.; SNELL, S. Management: building competitive advantage. 3rd ed. Chicago: Irwin, 1996.

BENITES, L.C., HUNGER D., NETO S.S., Processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 343-344 360, maio/ago. 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP Portaria 217 de 13 de junho de 2010. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP Portaria 6, de 27 de março de 2013. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Nº. 10.793 de 01 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.696, de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10.328 de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular”, constante do § 3º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei Nº. 12.864, de 24 de setembro de 2013. Altera o caput do art. 3º da Lei Nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, volume 7. 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 218, de 06 de março de 1997, do Conselho Nacional de Saúde. Reconhece como profissionais de saúde de nível superior os profissionais de educação física. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 287 de 08 de outubro de 1998. Relaciona as categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação do Conselho. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF. 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 09/2001. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 138/2002. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Resolução CNE/CP 2/2002. Brasília, 2002. ( Revogada pela Resolução CNE/CP nº 2/2015).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Resolução CNE/CP 2/2002. Brasília, 2002. ( Revogada pela Resolução CNE/CP nº 2/2015).

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Portaria Ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1/2002. Brasília, 2002. ( Revogada pela Resolução CNE/CP nº 2/2015).

\_\_\_\_\_. Ministério dos Esportes. I Conferência Nacional do Esporte - Documento Final, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 7/2004. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2006, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Esportes. II Conferência Nacional do Esporte - Documento Final, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte: Preâmbulo. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 4/2009. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. CGOC/DESUP/SESu/MEC. Nota Técnica 003/2010. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação CGLNRS/DPR/SERES/MEC. Nota Técnica 387/2013. Brasília DF. 2013

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CONFEF. Carta Brasileira de Educação Física, 2000.

\_\_\_\_\_. Resolução CONFEF nº 046 de 12 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

GALINDO, A.G.: Mercado de trabalho da educação física: um breve ensaio sobre os impactos da regulamentação profissional. Anais do Ciclo de Palestras da Semana do Profissional de Educação Física — Secretaria Estadual do Desporto e Lazer-Macapá-AP, Set 2005. p.21-39.

GONDIM, S.M.G.: Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. Estudos Psicologia (Natal) vol.7 nº. 2. 2002.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Exercício físico na promoção da saúde. Londrina:Midio-graf,1995.

HADDAD, A. [et al.] A Trajetória dos cursos de graduação na área da Saúde. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Brasília. 2006.



- MARTINS, I. e KETZER, S.M. (Org.) Educação tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET. In: PET – Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação. Ministério da Educação. Brasília. 2007.
- MESQUITA, I. e BENTO, J., (organizadores) Professor de Educação Física: fundar e dignificar a profissão. Instituto Casa da Educação Física. Belo Horizonte, 2012.
- NAHAS, M.V.; CORBIN, C.B. Educação para a aptidão física e saúde: justificativa e sugestões para a implementação nos programas de educação física. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, São Caetano do Sul, Vol.3, Nº 8. 1992
- NASCIMENTO, J. e MELO. Construção da Identidade Profissional em Educação Física: da formação à intervenção. Coleção Temas em Movimento. Vol 2. Ed. da UDESC 2012.
- NEIVA, C.C. Temas atuais em educação superior: proposição para estimular a investigação e a inovação. Brasília: ABMES. 2006
- NOLASCO, V. P.; BITTENCOURT, V.; PAOLI, P. B.; GOMES, E.; CASTRO, E. Administração/Gestão Esportiva. In: Da Costa, L.P (Org.). Atlas do Esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 760-761.
- ORGÍLIO, I. Trabalho e educação. Formação profissional e mercado de trabalho. São Paulo: Nobel. 2000.
- PITANGA, F.J.G. Epidemiologia, Atividade Física e Saúde. Revista. Brasileira Ciência do Movimento. Brasília, Vol.10, nº 3 2002.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2001.
- SERPA, C. Diretrizes Curriculares de Educação Física. In: II Fórum Nacional das Instituições de Ensino Superior em Educação Física, Rio de Janeiro, 2002.
- STENHILBER, J. Profissional de Educação Física Existe? Por que regulamentar a Profissão? Rio de Janeiro. Editora Sprint. 1996.
- TANI, G., BENTO, J.O., GAYA, A., BOSCHI, C; GARCIA, R. (Editores) Celebrar a Lusofonia. Ensaios e Estudos em Desporto e Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2012.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.
- TOJAL, J.B., BARBOSA, A. P. (orgs.) A Ética e a bioética na preparação e na intervenção do Profissional de Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006.

---

**Participantes do Grupo de Trabalho “Educação Superior e Preparação Profissional” do I Encontro Interativo do Sistema CONFED/CREFs, realizado de 8 a 10/11/2013 em Brasília/DF.**

Adailton Eustáquio Magalhães

Andrea Benevides

Antonio Alberto Soares Junior

Carlos Alberto Afonso

Carlos Alberto Camilo Nascimento

Carlos Fernando de Amorim Alves

Carlos Muchão Castilho

Claudio A. S. Gutierrez

Ediméia Pacheco de Oliveira

Edison Francisco Valente

Eduardo Merino

Francisco Martins da Silva

Georgios Stylianos Hatzidakis

Iguatemy Maria de Lucena Martins

Márcia Regina Aversani Lourenço

Marino Tessari

Wagner Domingos Fernandes Gomes

Elizabeth Jatobá Bezerra Tinoco

Erivelton Fontana de laet

Fernando Antonio Sander

Francisco José G. Pitanga

Gustavo Brandão

Jairo Ricardes Rodrigues

Jairo Sidney B. Peres

Joaquim Felipe de Jesus

Jonas Coriolano da Silva

Joniferson Vieira da Silva

José Medalha

Luciane Lara Acco

Marcelo V. Casati

Nilza Maria do Valle Pires Martinovic

Paula A. Maduro

Rosimari de Oliveira

Tereza Carmen F. Onofre

# CONSELHOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

---

## **CREF1/RJ-ES**

### **Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo**

Rua Adolfo Mota, 104 – Tijuca  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20540-100  
Tel.: (21) 2569-6629 – 2569-7375 – 2569-7611 Telefax: (21) 2569-2398  
cref1@cref1.org.br – www.cref1.org.br

## **CREF2/RS**

### **Estado do Rio Grande do Sul**

Rua Coronel Genuíno, 421, conj. 401 – Centro  
Porto Alegre – RS – CEP 90010-350  
Tel.: (51) 3288-0200 - Telefax: (51) 3288-0222  
crefrs@crefrs.org.br – www.crefrs.org.br

## **CREF3/SC**

### **Estado de Santa Catarina**

Rua Afonso Pena, 625 – Estreito  
Florianópolis – SC – CEP 88070-650  
Telefax.: (48) 3348-7007  
crefsc@crefsc.org.br – www.crefsc.org.br

## **CREF4/SP**

### **Estado de São Paulo**

Rua Líbero Badaró, 377 – 3º andar – Centro  
São Paulo – SP – CEP 01009-000  
Telefax: (11) 3292-1700  
crefsp@crefsp.org.br – www.crefsp.org.br

## **CREF5/CE**

### **Estado do Ceará**

Av. Washington Soares, 1400, Sls. 402/403  
Edson Queiroz – Fortaleza – CE – CEP 60811-341  
Tel.: (85) 3234-6038 – Telefax: (85) 3262-2945  
cref5@cref5.org.br – www.cref5.org.br

## **CREF6/MG**

### **Estado de Minas Gerais**

Rua Bernardo Guimarães, 2766 – Santo Agostinho  
Belo Horizonte – MG – CEP 30140-082  
Telefax: (31) 3291-9912  
cref6@cref6.org.br – www.cref6.org.br

---

**CREF7/DF**

**Distrito Federal**

SGAN - Quadra 604 - Conjunto C, L2 Norte, Asa Norte  
Brasília – DF – CEP 70840-040  
Tel.: (61) 3426-5400 – 3321-1417  
cref7@cref7.org.br – www.cref7.org.br

**CREF8/AM-AC-RO-RR**

**Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima**

Rua Ferreira Pena, 1118 / 202 – Centro  
Manaus – AM – CEP 69025-010  
Tel.: 0800-280-8234  
Telefax: (92) 3234-8234 – 3234-8324  
cref8@cref8.org.br – www.cref8.org.br

**CREF9/PR**

**Estado do Paraná**

Rua Amintas de Barros, 581 – Centro  
Curitiba – PR – CEP 80060-205  
Tel.: 0800-643-2667 - (41) 3363-8388  
Telefax: (41) 3362-4566  
crefpr@crefpr.org.br – www.crefpr.org.br

**CREF10/PB**

**Estado da Paraíba**

Rua Profº Álvaro de Carvalho, 56/Térreo –  
Tambauzinho – João Pessoa – PB – CEP 58042-010  
Tel.: (83) 3244-3964 – Cel.: (83) 8832-0227  
cref10@cref10.org.br – www.cref10.org.br

**CREF11/MS**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

Rua Joaquim Murtinho, 158 – Centro  
Campo Grande – MS – CEP 79002-100  
Telefax: (67) 3321-1221  
cref11@cref11.org.br – www.cref11.org.br

**CREF12/PE-AL**

**Estados de Pernambuco e Alagoas**

Rua Carlos de Oliveira Filho, 54, Prado  
Recife – PE – CEP 50720-230  
Tel.: (81) 3226-0996 Telefax: (81) 3226-2088  
cref12@cref12.org.br – www.cref12.org.br

---

**CREF13/BA-SE**

**Estados da Bahia e Sergipe**

Av. Antônio Carlos Magalhães, 3259, sl. 803  
Centro – Salvador – BA – CEP 41800-700  
Tel.: (71) 3351-7120 – Telefax: (71) 3351-8769  
cref13@cref13.org.br – www.cref13.org.br

**CREF14/GO-TO**

**Estados de Goiás e Tocantins**

Rua Dr. Olinto Manso Pereira, 673, sl. 01  
Setor Sul, Goiânia – GO – CEP 74080-100  
Tel: (62) 3229-2202 Telefax: (62) 3609-2201  
cref14@cref14.org.br – www.cref14.org.br

**CREF15/ PI-MA**

**Estados do Piauí e Maranhão**

Rua Jonatas Batista, 852 – Sala CREF  
Teresina/ PI – CEP 64000-400  
Tel.: (86) 3221-2178  
cref15@cref15.org.br – www.cref15.org.br

**CREF16/RN**

**Estado do Rio Grande do Norte**

Rua Desembargador Antônio Soares, 1274 - Bairro Tirol  
Natal - RN - CEP 59022-170  
Tel.: (84) 3201-2254  
cref16@cref16.org.br – www.cref16.org.br

**CREF17/MT**

**Estado do Mato Grosso**

Rua Generoso Ciríaco Maciel, 02 - Jd. Petrópolis  
Cuiabá - MT - 78070-050  
Telefax: (65) 3621-2504 – 3621-8254  
cref17@cref17.org.br – www.cref17.org.br

**CREF18/ PA-AP**

**Estados do Pará e Amapá**

Av. Generalíssimo Deodoro, 877  
Galeria João & Maria – Sala 11 e 12  
Nazaré – Belém/PA – CEP 66040-140  
Tel.: (91) 3212-6405  
cref18@cref18.org.br – www.cref18.org.br



**Sistema CONFEF/CREFs**  
Conselhos Federal e Regionais de  
**Educação Física**